

JULIANA LOPES LELIS

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO
COMÉRCIO INFORMAL DA CIDADE DE VIÇOSA (MG): A OUTRA FACE DA
RELAÇÃO CIDADE E COMÉRCIO**

Viçosa
2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO
COMÉRCIO INFORMAL DA CIDADE DE VIÇOSA (MG): A OUTRA FACE DA
RELAÇÃO CIDADE E COMÉRCIO**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da
Universidade Federal de Viçosa como pré-
requisito para obtenção do título de bacharel em
Geografia.

Autor: Juliana Lopes Lelis

Orientador: Prof. Ronan Eustáquio Borges

Viçosa
2008

Monografia defendida e aprovada em 02 de dezembro de 2008, perante banca examinadora composta por:

Prof. Ronan Eustáquio Borges
Orientador

Prof. Antônio de Oliveira Júnior
Examinador

Prof. Ulysses da Cunha Baggio
Examinador

**“À minha mãe, pelo exemplo de
força, fé e dedicação”.**

AGRADECIMENTOS

Pela realização desse trabalho, agradeço a Deus pela presença constante em minha vida.

Aos meus pais, pelas orações, esforços, incentivos e carinhos, que foram essenciais durante este momento.

A todos os professores da Geografia que me despertaram a possibilidade de ver o mundo com um outro olhar. E em especial, ao professor Ronan, pelos ensinamentos e orientação ao longo dos últimos anos e, principalmente, pela contribuição na construção deste trabalho.

Agradeço também em especial ao Eduardo que esteve presente em todas as etapas do trabalho e também pelo amor, carinho e compreensão.

As minhas queridas amigas Daniela, Renata, Regiana e Marcela pelo apoio e força de sempre.

A Alessandra, Natália e Mayra pela amizade e palavras que me acalmaram e animaram durante os desafios e obstáculos que surgiram.

A Fernanda, Tatiana e Carina, ex-companheiras de quarto, que muito contribuíram para a minha formação ao longo desses anos.

A Maria, por me adotar como filha, pelos cuidados e carinho.

E claro, aos amigos da Geografia 2004, pelos inesquecíveis momentos vividos juntos e também pelos incentivos e apoio durante essa caminhada. Em especial, a Júnia, Leilane, Ana Maria, Míriam, Sarah, Paula, Patrício e Bruno.

Com toda certeza, essa conquista não seria tão especial se não tivesse vocês ao meu lado, muito obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	i
LISTA DE FIGURAS.....	ii
RESUMO.....	iv
INTRODUÇÃO	12
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3. APORTE TEÓRICO	23
3.1. O comércio e a cidade: um breve histórico.....	23
3.1.1. O comércio na Antiguidade.....	24
3.1.2. O comércio no sistema Feudal.....	26
3.1.3. O comércio no sistema Capitalista.....	29
3.2. O Setor Informal: um conceito com diversas interpretações.....	35
3.3. O Comércio Informal: uma atividade do setor informal.....	43
4. MUNICÍPIO DE VIÇOSA (MG): HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	46
5. COMÉRCIO INFORMAL NA CIDADE DE VIÇOSA (MG): CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DINÂMICA ESPACIAL	57
5.1. O Perfil socioeconômico dos Comerciantes Informais.....	57
5.2. A Espacialização e localização do Comércio Informal em Viçosa (MG).....	63
5.2.1. Shopping Chequer: um símbolo do comércio informal e popular da cidade de Viçosa.....	72
5.2.2. Feira Livre e Feira de Artesanato: espaços de consumo, encontros e diversão.....	77
5.2.3. A dinâmica de localização dos comerciantes ambulantes e fixos na área central.....	87
5.3. Mercadorias, fluxos e a relação com os comerciantes formais.....	91

6. O COMÉRCIO INFORMAL: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A AÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.....	96
6.1. A Precarização do trabalho no comércio informal de Viçosa (MG).....	96
6.2. O Olhar dos comerciantes informais: as vantagens e desvantagens do comércio informal viçosense.....	105
6.3. A postura do Poder Público frente ao comércio informal viçosense.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115
ANEXO.....	120

LISTA DE TABELAS

01. Evolução da população no município de Viçosa (MG).....	50
02. Subsetores do comércio da cidade de Viçosa, em 2005.....	54
03. Produto Interno Bruto do município de Viçosa (MG), em 2007.....	55
04. Empresas formais e informais segundo o Setor de Atividade em 2005 – Viçosa (MG).....	56
05. Cidades natais dos comerciantes informais localizadas na microrregião de Viçosa (MG).....	59
06. Idade dos comerciantes informais de Viçosa (MG).....	63

LISTA DE FIGURAS

01. Localização de Viçosa (MG).....	46
02. Cidades pertencentes à microrregião de Viçosa (MG).....	58
03. Nível de escolaridade dos comerciantes informais de Viçosa (MG).....	61
04. Fixos que atraem a localização do comércio informal.....	65
05. Espacialização do comércio informal no centro da cidade de Viçosa (MG).....	66
06. Espacialização do comércio informal no centro da cidade de Viçosa (MG) em 2007, para vestuário.....	68
07. Espacialização do comércio informal no centro da cidade de Viçosa (MG) em 2007, para gêneros alimentícios.....	69
08. Espacialização do comércio informal no centro da cidade de Viçosa (MG) em 2007, para eletrônicos, bancas de jornal, xerox, artesanato, engraxates e outros.....	70
09. Foto – Diferente ocupação do Shopping Chequer durante o período do dia e noite.....	71
10. Foto – Diferente ocupação do Shopping Chequer durante o período do dia e noite.....	71
11. Foto – Vista parcial do Shopping Chequer.....	73
12. Foto – Marcos Moda Íntima.....	76
13. Foto – Marcos Moda Júnior.....	76
14. Foto – Vista parcial da Feira de Artesanato.....	78
15. Foto – Vista panorâmica da Feira Livre.....	81
16. Divisão da feira livre realizada pela Prefeitura de acordo com os produtos comercializados.....	82
17. Foto – Produtos industrializados comercializados na feira livre.....	83
18. Foto – Produtos industrializados comercializados na feira livre.....	83
19. Foto – Produtos hortifrutigranjeiros e derivados comercializados na feira.....	83

20. Foto – Produtos derivados e artesanais comercializados na feira.....	83
21. Foto – Barracas de pastel e caldo de cana.....	84
22. Foto – Construção do novo espaço para a Feira Livre.....	86
23. Foto – Construção do novo espaço para a Feira Livre.....	86
24. Foto – Ambulantes localizados na área central de Viçosa.....	87
25. Foto – Ambulantes localizados na área central de Viçosa.....	87
26. Foto – Comerciantes informais fixos no espaço urbano Viçosense.....	88
27. Foto – Comerciantes informais fixos no espaço urbano Viçosense.....	88
28. Foto – Banca de jornal localizada na Praça do Rosário.....	89
29. Foto – Ambulantes localizados na Praça Silviano Brandão.....	90
30. Foto – Ambulantes localizados e Praça Artur Bernardes.....	93
31. Renda mensal dos comerciantes a partir das atividades informais.....	97
32. Razão pela qual os comerciantes iniciaram nas atividades informais.....	99
33. Foto – Estrutura das barracas localizadas no Shopping Chequer.....	101
34. Vista parcial da parte detrás das barracas localizadas no Shopping Chequer.....	101
35. Foto – Estruturas utilizadas pelos comerciantes da feira livre.....	102
36. Foto – Estruturas utilizadas pelos comerciantes da feira livre.....	102
37. Foto – Estruturas precárias para exposição dos produtos (caixas e painéis).....	103
38. Foto – Estruturas precárias para exposição dos produtos (caixas e painéis).....	103
39. Gráfico – Principais problemas enfrentados pelos comerciantes informais.....	106

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo central, compreender a dinâmica socioespacial do comércio informal na cidade de Viçosa-MG, através da análise das feiras livre e de artesanato, do "shopping chequer", dos ambulantes e comerciantes informais localizados na área central. Para a pesquisa utilizaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica; observações assistemáticas; coleta de pontos através de GPS; entrevista padronizada com os comerciantes informais e semi-padronizada com representantes do poder público e privado; e com 21 comerciantes formais; pesquisa de dados, história e informações nos jornais locais, em documentos da Prefeitura Municipal e com antigos comerciantes. Assim, após esta etapa foram feitas a sistematização e análise de todos os dados e informações coletados. Com a pesquisa verificou-se que: existe uma grande diversificação quanto ao tipo de produto vendido, a ocupação e as formas de organização do trabalho no comércio informal, sendo que esta atividade influencia diretamente na organização espacial da área central; a maioria dos comerciantes informais são homens, 69% possuem idade entre 20 e 50 anos e escolaridade baixa; e se inseriram na informalidade como única alternativa de emprego e para complementar a renda familiar. A precarização do trabalho é comprovada pela baixa remuneração, em que 54% dos comerciantes têm uma renda de até um salário mínimo e pela realização de suas atividades em locais com infra-estruturas precárias, pelas longas jornadas de trabalho, além de sofrerem pressões do poder público e dos comerciantes formais. Os pontos do comércio informal representam um espaço importante de circulação e consumo de produtos, atendendo a vários consumidores, os quais legitimam a existência e manutenção da informalidade na cidade. Neste contexto, a pesquisa revelou muitas particularidades da materialização do comércio informal no espaço urbano viçosense, contribuindo para o melhor entendimento da dinâmica da informalidade no Brasil e, sobretudo nas pequenas e médias cidades.

PALAVRAS CHAVES: Comércio Informal, Precarização do Trabalho, Dinâmica socioespacial.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a economia mundial presencia a existência de diversas formas de relações e organização do trabalho, sendo essas resultantes de diferentes transformações sócio-econômicas ocorridas nos últimos séculos, principalmente devido ao processo de globalização e reestruturação produtiva.

A reestruturação produtiva ocorrida durante o século XX afetou diretamente as relações trabalhistas, uma vez que ao longo do processo de evolução da atividade industrial, com destaque para a fase denominada Terceira Revolução Industrial, verificou-se um aumento no uso das máquinas em relação ao trabalho humano. Dessa maneira, ocorreu a diminuição da absorção da força de trabalho no circuito formal da economia, acarretando o aumento do subemprego e desemprego. E, assim, as relações entre capital e trabalho refletiram de forma marcante na classe trabalhadora.

Segundo Gonçalves (2001), as profundas transformações ocorridas no modelo econômico a partir da reestruturação produtiva, da integração mundial dos mercados financeiros, da internacionalização das economias, da desregulamentação e abertura dos mercados vêm atingindo de forma acelerada e diferenciada amplos setores da população trabalhadora. De acordo com esses autores, as transformações que afetaram a classe trabalhadora nas últimas décadas são principalmente decorrentes do processo de globalização econômica.

Para Missio et al (2006), a globalização por se caracterizar pela grande mobilidade de capitais, pelo crescimento de empresas transnacionais e pela predominância de investimentos no âmbito financeiro, estabelece um sistema econômico e social contraditório, através da geração de novos conflitos e aprofundamento das desigualdades e da exclusão social. Como relata Missio *et al* (2006, p.02):

De um lado, verifica-se a ocorrência de um amplo conjunto de transformações baseado em um novo modo de produzir bens e serviços a partir da introdução de tecnologia de base microeletrônica, da reorganização das técnicas organizacionais e da crescente globalização do mercado. Por outro lado, do ponto de vista social, evidencia-se o crescimento do desemprego urbano e a deterioração nas condições de vida da classe trabalhadora, bem como, à exclusão social e econômica crescente de parcela significativa desta.

Para Gonçalves (2001) é neste contexto da reestruturação produtiva e da globalização que proliferam o subemprego, o trabalho precário e o ¹informal, sendo essas as maneiras encontradas por grande parte da classe trabalhadora para garantir a sua sobrevivência na era tecnológica do capital global promovendo um acirramento das desigualdades sociais. De acordo com Thomas Júnior (2003), o capital tem ampliado mundialmente as esferas da exploração do trabalho sob diversas modalidades de precarização, que se manifestam de diferentes maneiras no espaço urbano.

No Brasil, segundo Cacciamali (2000), as mudanças no setor produtivo se destacaram principalmente nas sucessivas mudanças na base técnica de produção, e no aumento do desemprego e subemprego. Como destaca Carvalho (1989), o desenvolvimento do capital não foi fruto de um processo interno de amadurecimento da estrutura produtiva existente. Por consequência, setores econômicos tradicionais foram desarticulados ou reorientados para o uso do capital. Esse fato liberou parcelas significativas de trabalhadores não incorporados ao núcleo dinâmico da economia, a absorção da força de trabalho diminuiu e assim criou-se um excedente.

De acordo com Camargo (2006), o fenômeno do desemprego no Brasil tornou-se mais nítido na década de 1990, sendo influenciado, principalmente, pela redução dos empregos assalariados com registro. Camargo (2006) destaca que:

¹ O trabalho informal surgiu na antiguidade, entretanto sua intensificação se deu, principalmente, através do processo de reestruturação produtiva e globalização.

Em 1989, o total de assalariados representava 64% da PEA. Em 1995, este percentual diminuiu para 58%. Entre 1994 e 1999, embora a economia tenha apresentado evolução positiva do Produto Interno Bruto – ainda que a taxas pouco expressivas –, o volume de emprego assalariado com carteira em todo o país foi reduzido em 1,5 milhão (CAMARGO, 2006, p.21).

Neste contexto, Ramos (2004) coloca que a década de 1990 compreendeu um período fundamental para a transformação das relações econômicas e sociais. Segundo o autor, com a abertura da economia brasileira ao mercado internacional, limitou-se ainda mais a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho acarretando o aumento do subemprego e desemprego. Assim, o Brasil, diante dessa situação econômica, elaborou medidas para que a economia brasileira não entrasse em colapso, sendo uma dessas medidas a implantação do Plano Real em 2004. De acordo com Ramos (2004), o Plano Real tinha como objetivo controlar o processo inflacionário, entretanto, mesmo alcançando êxito na valorização da moeda brasileira, esse Plano através da realização de vários ajustes no sistema produtivo, afetou intensamente na disponibilidade de empregos no mercado de trabalho.

Assim, frente a esta situação vivenciada pela economia nacional e mundial, os trabalhadores tiveram que se reorganizar para se inserirem nesse novo “mundo do trabalho”, o que resultou no surgimento e intensificação de novas formas de organização do trabalho, como as atividades informais. O conceito de setor informal² foi criado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 1969, se caracterizando por: propriedade familiar do empreendimento; origem e aporte próprio dos recursos; pequena escala de produção; facilidade de ingresso, uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada, aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e participação em mercados competitivos e não

² O setor informal abarca diferentes atividades, como atividades industriais, comerciais e de serviços.

regulamentados pelo Estado. Ao se inserirem neste setor, os trabalhadores informais excluem as possibilidades de direitos trabalhistas através do contrato não formalizado, além de longas jornadas de trabalho.

No caso do Brasil, o setor informal cresceu, consideravelmente, a partir do final da década de 1980. Segundo Cacciamali (2000), o grau de informalidade que era de 36% em 1986, aumentou para 37,6% em 1990 e 50,8% em 2000. Este crescimento se deu pelo fato de que na década de 1980, conhecida como “década perdida”, houveram baixas taxas de crescimento econômico e aumento nas taxas de desemprego e conseqüentemente elevação da informalidade, associada a precarização de vida e do trabalho. Em outras palavras, o mercado informal tornou-se uma alternativa de sobrevivência para os trabalhadores que não conseguiram se inserir no mercado formal. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA *apud* Pereira (2005), no ano de 2003, mais de 50 % dos brasileiros ocupados estavam no mercado de trabalho informal.

A economia informal no Brasil se desenvolveu numa velocidade muito grande e, hoje, está presente de forma significativa em todos os centros urbanos, seguindo uma lógica de que quanto maior a cidade, mais complexa, conflituosa e diversa essa se apresenta. Neste contexto, as pequenas e médias cidades, seguindo a lógica da urbanização, do crescimento e do desemprego, se mostram como um *locus* recente da intensificação das atividades desse setor, emergindo nesses centros urbanos uma nova problemática socioeconômica e espacial.

A cidade de Viçosa (MG) localizada na Zona da Mata Mineira é um exemplo desse processo, uma vez que presencia o crescimento da informalidade cotidianamente, sobretudo nas atividades ligadas ao comércio informal, como camelôs e ambulantes. Este pode ser observado, principalmente, nas ruas centrais da cidade, devido à atração pelo fluxo de pessoas e concentração de comércios formais.

Diante do visível crescimento da informalidade, a relação com o comércio formal e sua influência direta na dinâmica socioespacial da cidade de Viçosa (MG) e ausência de trabalhos que estude a dinâmica informal em pequenas cidades, realizamos este trabalho de pesquisa, tendo como objetivo central compreender a dinâmica socioeconômica e espacial do comércio informal na cidade de Viçosa-MG, através da análise de espaços específicos dessa forma de comércio: a feira de artesanato, a feira livre e o “Shopping Chequer” e também através dos ambulantes e camelôs que ocupam os espaços públicos na área central da cidade através de pontos temporários ou fixos.

Também foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar a rede de relações e fluxos estabelecidos pelo comércio informal, procurando identificar os vínculos com o setor formal da economia; analisar a organização espacial desse setor; verificar a influência do comércio informal no espaço urbano; descrever as relações trabalhistas e as condições de trabalho existentes nesse seguimento; analisar a relação entre o poder público local e os comerciante/ambulantes informais e identificar o perfil socioeconômico do trabalhador ligado ao comércio informal.

Assim, o presente estudo em busca de possibilitar uma melhor apresentação e compreensão das discussões realizadas e dos resultados alcançados foi dividido em seis capítulos. Dessa maneira, o **primeiro capítulo** apresenta o tema que será trabalhado no decorrer do trabalho, a área de estudo e os objetivos traçados. No **segundo capítulo** tem-se a descrição dos procedimentos metodológicos que foram adotados na realização da pesquisa. Já o **terceiro capítulo** realiza uma contextualização sobre a temática e conceitos referentes à informalidade, ao comércio informal e a relação cidade e comércio. Em continuidade, o **quarto capítulo** apresenta a história e as características socioeconômicas da cidade de Viçosa (MG), para que a área estudada seja melhor compreendida pelo leitor. No **quinto capítulo** é realizada uma discussão a

respeito da dinâmica socioespacial do comércio informal viçosense, através da compreensão do perfil de seus trabalhadores e da espacialização dos pontos e espaços de comércio informal e sua relação com o comércio formal. No **sexto capítulo**, a discussão a respeito do comércio informal se dá a partir da precarização do trabalho abordando as condições de trabalho, o motivo que levou os trabalhadores a se inserirem na informalidade e a relação com o poder público da cidade de Viçosa. E, por fim, são apresentadas as **considerações finais** com a conclusão do trabalho realizado.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos no presente trabalho foram buscadas as abordagens teórico-metodológicas mais pertinentes na compreensão do objeto pesquisado e adotado os seguintes procedimentos metodológicos.

Primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática através de consultas, leituras, e análise de artigos publicados em periódicos, livros, teses, dissertações e o trabalho recente do IBGE sobre a economia informal no Brasil. Cabe destacar aqui os trabalhos de Santos (2004), Cacciamalli (2000), IBGE (2003), Furtado (2004), Camargo (2006) e Thomas Júnior (2003).

Assim, por meio da revisão de literatura, verificou-se a existência de várias definições sobre o termo informalidade, setor informal e comércio informal. Diante disso, após reflexões, optou-se por definir, nesta pesquisa, o comércio informal como as atividades comerciais, realizadas em pontos fixos ou ambulantes, que são realizadas à margem da lei, principalmente da legislação trabalhista, e que apresentam, também, produção em pequena escala, baixo nível de organização, inexistência ou quase inexistência da separação entre capital e trabalho, e ainda que ocupam indevidamente espaços públicos.

Em outras palavras, mesmo se um estabelecimento comercial atender a todos os critérios legais, mas apresentar um baixo nível de organização administrativo, em que não é possível distinguir claramente a separação entre o capital e o trabalho, ou seja, as atividades forem desenvolvidas, na sua grande parte, por membros da família (mão-de-obra familiar), foi considerado como informal. Da mesma forma, no caso de um estabelecimento atender a legislação e apresentar uma separação entre capital e trabalho, mas ocupar ilegalmente ou

indevidamente espaços públicos, como margens de rodovia e ferrovia, praças, ruas e outros, também foi classificado como informal.

Para tanto, é importante destacar a diferença que há entre o conceito de ilegalidade e informalidade. O primeiro refere a atividades que não cumprem a legislação trabalhista e a segunda trata-se de atividades que podem ou não cumprir as legislações trabalhistas, mas que possuem também baixa organização do trabalho, precárias estruturas, utilização de mão-de-obra familiar e ocupação indevida dos espaços públicos. Assim, através dessa concepção pode-se concluir que todas as atividades que são ilegais são informais, mas nem todas as informais são ilegais, pois o conceito envolve outros aspectos além do cumprimento de leis.

A segunda etapa do estudo, a coleta de dados, foi desenvolvida em duas etapas, sendo a primeira no período de julho a dezembro de 2007 e a segunda nos meses de agosto e setembro de 2008. No que se refere a primeira etapa foram realizadas observações diretas intensiva³ sistemáticas e assistemáticas nos pontos de comércio informal fixos e ambulantes, definidos a partir dos critérios acima, com o objetivo de obter informações sobre a dinâmica do comércio informal, os fluxos de vendas, condições físicas dos espaços ocupados e para efetuar um primeiro contato com os pesquisados, facilitando a outra etapa de coleta de dados; também foi realizada a contagem e a localização dos pontos de comércio informal por meio de GPS (GPS Garmin eTrex Vista), para confecção de mapas de localização.

Cabe destacar que a área central considerada no presente trabalho baseou-se na divisão da Prefeitura Municipal de Viçosa abrangendo as seguintes ruas e avenidas: Av. P.H Rolfs, Av. Marechal Castello Branco, Av. Santa Rita, Praça Silviano Brandão, Praça do Rosário, Travessa

³ Essa observação é denominada observação direta intensiva: “A Observação Direta Intensiva é realizada através de duas técnicas: observação e entrevista” (MARCONI, LAKATOS; 2003, p.190). Esta é dividida em: observação sistemática, assistemática, não –participante, participante, individual, equipe, na vida real e em laboratório.

Sagrado Corações, Rua Arthur Bernardes, Rua Benjamin Araújo, Rua Tenente Kumel e Avenida Gomes Barbosa.

Após a etapa de observação foi realizada uma entrevista padronizada com os comerciantes informais. A entrevista padronizada teve como base um roteiro com perguntas já pré-determinadas, conforme roteiro em anexo (anexo 1), objetivando obter dados e informações sobre o perfil do trabalhador, organização de trabalho e a relação capital-trabalho, os fluxos de vendas e dos produtos comercializados e a relação com os comerciantes formais e poder municipal.

Para a realização da entrevista, primeiramente foram contabilizados na pesquisa de campo todos os comerciantes informais do centro da cidade de Viçosa (MG), totalizando 270 comerciantes, sendo que 33 se localizam no Shopping Chequer, 29 na Feira de Artesanato, 36 estão em pontos diversificados do centro da cidade e 172 na Feira Livre⁴. Foram entrevistados 100% dos comerciantes localizados nos dois primeiros espaços e com pontos diversificados no centro. Já na Feira Livre, devido ao grande número de comerciantes (172) e a ser realizada apenas aos sábados, optou-se por fazer uma amostragem.

A feira livre é dividida pela Prefeitura Municipal de Viçosa em setores segundo os produtos comercializados: derivados (produtos derivados do leite, como iogurtes, doces e queijos), industrializados (produtos que sofreram processos industriais, como roupas, calçados, carnes defumadas, jornais e outros), hortifrutigranjeiros, artesanato e comida (pastéis, caldo de cana, tapioca, pão-com-carne). No total existem 8 barracas que comercializam comida, 7 de artesanato, 94 de hortifrutigranjeiros, 41 de industrializados e 17 de derivados. Assim, como já mencionamos, devido ao grande número de comerciantes e a periodicidade semanal da feira,

⁴ Dados fornecidos pelo Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal de Fazenda, da cidade de Viçosa – MG.

optou-se por fazer amostragem, que foi organizada da seguinte forma: 40% dos comerciantes de hortifrutigranjeiros, 50% dos de industrializados e derivados e 100% dos de comida e artesanato.

Concluída a fase das entrevistas, iniciou-se a pesquisa de dados e informações sobre o comércio informal na Prefeitura Municipal de Viçosa-MG. Essa etapa consistiu na análise de leis e decretos existentes sobre o assunto e também na realização de entrevistas com a Secretária da Fazenda Municipal e com o chefe do Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda, com o intuito de compreender qual a relação e a influência da prefeitura sobre essa atividade. Além do poder público municipal, também foi entrevistada a secretária executiva da Casa do Empresário, oportunidade em que se obtiveram informações importantes acerca da relação entre o comércio formal e o informal.

Na sequência realizou-se entrevistas semi-padronizadas com vinte e um comerciantes formais, escolhidos de forma aleatória e localizados nas áreas que abrigam ou estão próximas ao comércio informal, sendo elas: Avenida P. Rolfs, Praça Silviano Brandão, Praça do Rosário, Rua Arthur Bernardes (Calçadão), Travessa Sagrado Corações (Calçadinho), Avenida Bueno Brandão e Rua Tenente Kummel.

Numa quinta etapa foram realizadas entrevistas com antigos comerciantes informais e pesquisas nos jornais locais e em documentos da prefeitura, para adquirir informações e dados sobre o histórico dos espaços de comércio informal consolidados: a feira de artesanato, a feira livre e o "Shopping Chequer". Cabe destacar a importância dos relatos dos primeiros comerciantes informais dessas áreas, que ainda se mantêm ativos, sendo fontes vivas de informação e história desses espaços.

Após a coleta dos dados e informações necessárias realizou-se a sistematização desses, através da tabulação das entrevistas, a partir das regularidades encontradas nas respostas, como também a frequência que os aspectos importantes foram citados.

Na sequência foram elaborados quatro mapas temáticos com a localização dos diversos setores do comércio informal (vestuário, alimentação, eletrônicos e outros). Para isso realizou-se um segundo trabalho de campo, utilizando o aparelho GPS, para localizar os pontos de comércio informal imprecisos e confirmar a localização dos já levantados. Após a coleta dos dados, os mapas foram confeccionados utilizando o programa Arc ViewGis 3.3 e a base cartográfica do LABGEO - DPS/UFV. Estes mapas buscaram espacializar e localizar a presença dos comerciantes informais na área central da cidade, para que a compreensão da dinâmica que esses exercem sobre o espaço urbano viçosense fosse melhor compreendida.

Por fim, nos meses de agosto e setembro de 2008 foi realizada a segunda etapa de coleta de dados através da contabilização dos comerciantes informais na área central da cidade para verificar o aumento ou diminuição desses no espaço urbano viçosense.

3 . APORTE TEÓRICO

3.1. O Comércio e a Cidade: um breve histórico

Segundo Cleps (2004), o comércio é definido como a troca voluntária de mercadorias. De acordo com a autora, o comércio surgiu e se desenvolveu a partir do desenvolvimento das forças produtivas que possibilitaram a existência de um excedente de produção. Assim, o aperfeiçoamento efetuado nos meios de produção, gerado pelo aprimoramento de novas técnicas, aumentou a produção e, conseqüentemente, possibilitou o sistema de trocas, que com o tempo se consolidou na atividade comercial.

Para Pintaudi (2001), o desenvolvimento do comércio está diretamente relacionado com a história das cidades, uma vez que este foi um fator determinante para o surgimento dos espaços urbanos, sendo as cidades também elementos fundamentais para o desenvolvimento do comércio. Segundo Pintaudi (2001), a análise do comércio permite uma melhor compreensão do espaço urbano, uma vez que o comércio e a cidade são elementos indissociáveis.

Nessa mesma linha de pensamento, Cleps (2004) coloca que o comércio sempre ocupou um lugar estratégico nas cidades e, este, entendido como função urbana, tem sua origem ligada à história da humanidade, sendo sua função produzir e aproveitar-se da concentração urbana. Dessa maneira, desde o seu surgimento até os dias atuais, o comércio vem modificando sua organização e dinâmica, sendo reflexo das transformações vividas pela sociedade, uma vez que é uma forma social (PINTAUDI, 2001).

Neste contexto, para compreender melhor a relação entre a cidade, *locus* e mercado do comércio, e, também, as diferentes relações entre as diferentes formas de comércio existentes e suas variadas funções no espaço urbano, é importante analisar suas transformações ao longo do tempo relacionando-as ao processo de formação e evolução das cidades.

3.1.1. O Comércio na Antiguidade

Segundo Florenzano (1987), durante a Antiguidade cabe destacar duas sociedades que foram essenciais para o desenvolvimento do comércio, as sociedades grega e romana.

A civilização grega surgiu entre os mares Egeu, Jônico e Mediterrâneo, por volta de 2000 a. C, sendo formada pela migração de diversas tribos nômades, como as de origem européia. Suas cidades eram chamadas de Pólis, cidades-estado, que tinham como principal característica, uma organização político-administrativa própria. As principais Pólis da Grécia foram: Esparta e Atenas (FINLEY, 1989).

A economia dos gregos baseava-se no cultivo de produtos para o consumo da população, como o cultivo de oliveiras, trigo e vinhedos, e a confecção de produtos artesanais. Entretanto, com o passar do tempo houve um aumento na produção, o que iniciou uma troca de mercadorias a partir dos excedentes, ocorrendo nessa época, na Grécia Antiga, uma substituição da economia doméstica para uma economia de trocas. (FINLEY, 1989)

Assim, com a intensificação da economia de trocas, iniciou-se uma incipiente comercialização de produtos, que com o tempo passaram a ser transportados para toda a península grega, resultando, dessa maneira, no desenvolvimento do comércio marítimo. Desse modo, com o desenvolvimento do comércio, as sociedades gregas desempenharam uma enorme influência na região, principalmente através da conquista de novos territórios.

Com a expansão do seu território, a Grécia se deparou, por um lado, com o surgimento de pequenas vilas e cidades, e, por outro, com um dos principais motivos pelo seu declínio, uma vez que com a expansão dos povos gregos a vários pontos do Mar Mediterrâneo resultaram vários conflitos internos e diversas guerras, desestabilizando a hegemonia grega.

Já a cidade de Roma, de acordo com Florenzano (1987), surgiu da mistura de três povos: gregos, etruscos e italiotas, que foram habitar na região da península itálica. Na região, estes desenvolveram uma economia baseada na agricultura e nas atividades pastoris.

Segundo Florenzano (1987), o império romano possuía uma estratégia extensionista e conquistadora, que consolidou o imperialismo nos séculos anteriores ao nascimento de Cristo. De acordo com esse autor, o imperialismo tinha como objetivo proporcionar uma integração nacional, através da união de todas as línguas e culturas existentes nessa época.

Neste contexto, Florenzano (1987), também descreve que após dominar toda a península itálica, o Império Romano passou a ser muito mais comercial que agrário. Esse desenvolvimento do comércio foi possibilitado pelo pagamento dos impostos pelos escravos para o império, que fez com que ocorresse uma acumulação de capital. Segundo Ribeiro (2006, p.194):

Roma possuía um vasto tecido territorial cuja área punha-se a sugar o sangue de tributos e taxas pelas artérias da geografia da circulação, em que todos os caminhos levavam a Roma, não ficando nenhuma comunidade isenta de encargos e muito menos de eventuais saques em períodos de guerra.

De acordo com Florenzano (1987) os principais pilares que sustentaram a dominação do império romano foi o exército numeroso e organizado, e a estrutura jurídica, através do direito à cidadania e o pagamento de impostos.

Além disso, no império romano houve a construção de grandes obras, como sistema de comunicações por estradas e aquedutos, o que possibilitou o desenvolvimento de um grande e diversificado mercado e ainda a criação de poderosas companhias mercantis. Entretanto, Funari (2001) coloca que essas atividades não tinham objetivos econômicos para o Estado, mas sim, finalidades políticas e militares. Para o autor, como na Grécia antiga, Roma também apresentava

a ausência de um pensamento econômico, sendo esse baseado no espírito político predominante na época, a dominação.

O papel do comércio nessas cidades antigas era de armazenar, distribuir e comercializar os produtos para todo o império romano (FUNARI, 2001). Alguns importantes comércios foram criados nessa época, como os Fóruns de Roma, edifícios criados pelos imperadores para a comercialização de mercadorias específicas, o Ágora grego e o Bazar árabe. De acordo com Singer (1981), neste período, prevalecia à cidade com função política, aquela que organizava, dominava, protegia, administrava e explorava um território com seus camponeses, aldeões, pastores, etc.

Entretanto, por volta do século III, o Império Romano passou por uma crise econômica e política, o que acarretou o fim de suas conquistas territoriais. Assim, com a economia enfraquecida, o império romano deparou-se com o enfraquecimento de seu exército e de seu domínio, tendo seu declínio no século IV.d.C.

3.1.2. O comércio no sistema feudal

Segundo Funari (2001), do ponto de vista econômico, a Idade média (século V a XIV) se caracterizou por dois períodos distintos: o primeiro, do século V ao XI, marcado pelo declínio das atividades econômicas. E o segundo período (século XII a XIV), pelo reaparecimento das atividades comerciais.

O primeiro período é caracterizado pelas invasões bárbaras, que contribuíram para o desaparecimento da economia antiga. De acordo com Funari (2001), nessa época, a economia se formou em torno dos castelos feudais, restringindo-se a atividades econômicas baseadas na produção rural de subsistência, resultando assim, na diminuição da importância das trocas. Para Huberman (1985) alguns obstáculos atrasaram o desenvolvimento do comércio nessa época,

como a escassez do dinheiro, a variação das moedas conforme o lugar, e ainda a dificuldade no transporte de mercadorias para longas distâncias, sendo este perigoso e difícil.

Já o segundo período destacou-se pela ruptura com as características de subsistência que apresentava o feudalismo, pela forte ação da igreja e do rei sobre os senhores feudais, e o restabelecimento das atividades comerciais. De acordo com Monteiro (1995), com o fim das invasões bárbaras e o surgimento de novas técnicas agrícolas foi possível a comercialização do excedente de produção.

Neste contexto, Huberman (1985) coloca que as Cruzadas tiveram um papel fundamental no desenvolvimento do comércio, uma vez que após as viagens, os cruzados regressavam trazendo o gosto e o desejo, principalmente, pelas comidas e roupas que tinham visto e experimentado no Oriente. Inicialmente caracterizada por um papel religioso, as cruzadas também permitiram o desenvolvimento do comércio entre Ocidente-oriental, através da circulação de mercadorias e o estabelecimento de rotas comerciais na extensão do Mar Mediterrâneo.

Para Monteiro (1995), o aumento do comércio promoveu o desenvolvimento das cidades medievais que surgiam nos locais em que duas estradas se encontravam, ou na embocadura de um rio, ou ainda onde a terra apresentava um declive adequado, sendo que grande parte dessas antigas cidades tinham um núcleo fortificado com muralhas, chamado burgo. Assim, como retrata Ribeiro (2006, p.22): “Para atender à demanda aristocrática é que vão brotando cidades estrategicamente localizadas dentro dos feixes comerciais, como os conhecidos centros mercantis de Veneza, Colônia, Bruges e Londres”.

Segundo Carlos (1992), a formação das cidades se deu através do trabalho do homem na agricultura, uma vez que a partir do trabalho no campo, com o domínio de algumas técnicas menos rudimentares possibilitou a criação de um excedente agrícola. Dessa maneira, nos locais

em que foram produzidos esses excedentes iniciou-se um processo de troca, que Huberman (1985) destaca como sendo uma característica inerente ao ser humano.

Essas trocas ocorriam em espaços que, com o passar do tempo, se transformaram em mercados e feiras. É importante destacar que os mercados que inicialmente foram criados em decorrência da troca das mercadorias, se transformaram em locais que, além de fornecerem mercadorias para os consumidores, propiciavam também distração e divertimento, tornando-se um espaço que possuía tanto um papel econômico, quanto social. Dessa maneira, como local de troca de mercadorias e de encontro entre pessoas, os mercados e as feiras se localizavam em pontos estratégicos das aglomerações urbanas. De acordo com Ribeiro (2006, p.231):

O comércio ocorria em mercados regionais, organizados em centenas de centros urbanos, e por meio de reuniões anuais de vendedores ambulantes, peregrinos e camponeses, realizadas em milhares de aldeias, sobretudo quando do festejo de algum santo; mas o fato comercial mais importante das cidades medievais eram as feiras, ocorridas, às vezes, nas praças, a expor as amostras dos produtos trazidos de toda a Europa e de várias partes do mundo.

Huberman (1985) coloca que no período feudal os mercados se apresentavam de duas formas: os mercados locais que se localizavam perto dos mosteiros e os mercados de cidades vizinhas, sendo que o segundo possuía maiores dificuldades, como as condições das estradas, o pagamento de pedágio para os senhores feudais, a escassez de moedas e ainda os ladrões de mercadorias.

Com o crescimento e o enriquecimento das cidades, a partir do desenvolvimento comercial, houve o surgimento de uma nova classe social, a burguesia, que passou a disputar interesses com a nobreza feudal. Desse modo, a expansão do comércio influenciou no enfraquecimento do feudalismo e no crescimento das cidades.

De acordo com Ribeiro (2006, p.228):

Se no modo de produção grego antigo as cidades representavam o substrato do poder político (cidades-Estado) de uma espacialidade genuinamente marcada pela cidadania e trocas de certas mercadorias; assumindo no modo de produção das sociedades orientais nada mais que a função de políticos “acampamentos principescos” e criaturas do Estado; no feudalismo colocar-se-ão como instâncias da seminal divisão espacial engendrada pelo rural-urbano como unidades independentes politicamente.

Para Cleps (2004), foi no período do século XII a XIV, no auge do feudalismo, que ocorreu um considerável crescimento e surgimento das cidades. Cleps (2004) destaca a importância das cidades nessa época, em que na transição do feudalismo para o capitalismo, quando a terra pertencia aos senhores feudais, a cidade aparece como um lugar do trabalho livre e da atividade comercial.

Assim, o desenvolvimento comercial e o crescimento das cidades foram um dos fatores que contribuíram para a crise do sistema feudal e sua decadência a partir do século XIV. Principalmente, devido à mudança na mentalidade dos servos, em que muitos na busca de melhores condições de vida migraram para as cidades, e os que permaneciam nos feudos, passaram a organizar diversas revoltas contra os senhores feudais. Todos esses fatos mostram a crise e a decadência do sistema feudal iniciando uma transição para a Idade Moderna, época marcada pela crescente implantação do modo de produção capitalista.

3.1.3. O comércio no sistema capitalista

O surgimento do capitalismo está diretamente relacionado com o renascimento comercial nas cidades medievais nos primeiros séculos da Baixa Idade Média. Nesse período, tem-se uma transformação no caráter auto-suficiente das propriedades feudais, uma vez que as terras passaram a ser arrendadas e a mão-de-obra a ser remunerada com um salário (FUNARI, 2001). Com o surgimento de uma nova classe social, a burguesia, que era formada de comerciantes e artesãos, implantou uma nova configuração à economia européia. De acordo com Pintaudi

(2001), esse processo de transformação na economia ocasionou uma expansão do comércio, que incentivou o nascimento do chamado capitalismo mercantil (comercial) e das grandes navegações.

De acordo com Funari (2001) durante o capitalismo comercial, a burguesia iniciou a procura de riquezas e matérias-primas em outros locais além da Europa, com o objetivo de se enriquecer e acumular capital. Assim, durante esse período, em relação ao comércio houve a substituição do sistema de trocas para o uso de moedas.

Entretanto, Funari (2001), ressalta que será no século XVIII, com o capitalismo industrial que o comércio se consolidará como uma atividade essencial para a economia. Segundo Pintaudi (2001), até o século XVIII, a cidade foi influenciada pelo campo e suas atividades, sendo que a partir do fim do século XVIII, com a Revolução Industrial, com a concentração das fábricas na cidade ocorrerá a intensificação das formas de comércio.

Nesse período, o comércio criou novas relações com o espaço urbano, como também sofreu modificações na sua articulação. Segundo Cleps (2004), no início do século XVIII, o comércio apresentou duas principais características: a primeira, na sua inserção urbana, assumindo a condição de espaço público, e a segunda, por apresentar lojas, um estabelecimento menor, destinado à comercialização. Estes espaços, como as feiras e os mercados do período feudal também se destacam como lugares de encontros, acordos e, ainda como espaço de festas. Assim, segundo Cleps (2004), no início do século XVIII, o comércio deixou de ser uma função social para tornar-se uma função mais econômica, que irá adotar novas técnicas de comercialização.

Para Pintaudi (2001), o surgimento de uma nova organização do modo de vida urbano implicou no aparecimento de diferentes formas de comércio e diferentes leituras do espaço urbano. Nesta perspectiva, Cleps (2004) coloca que com a industrialização, o espaço urbano

sofreu importantes transformações, como o desenvolvimento de transportes, das comunicações e o crescimento do número de habitantes nas cidades. Assim, através da presença de novas modalidades do comércio surgiram diferentes formas de apropriação do espaço buscando, em sua maioria, nas proximidades às áreas centrais devido à concentração de estabelecimentos e fluxos de pessoas.

De acordo com Pintaudi (2001), as formas comerciais estão associadas à produção e reprodução do espaço urbano, que são criadas para suprir as necessidades do consumo, abrigando formas e funções que se renovam para atender os anseios e necessidades da população de um modo geral. Como aborda Montessoro (2005):

O espaço urbano é o *locus* da produção e reprodução das relações socioespaciais sob as novas formas de comercialização e estratégias locacionais das atividades inseridas no contexto da (re)produção do capital no interior das cidades, mais precisamente, na área central. Assim sendo, a dinâmica da (re)produção dos espaços e as relações sociais imbricadas pela lógica capitalista assume o papel que desencadeia novas/velhas formas espaciais com novos/velhos usos, o que significa novas/velhas formas comerciais (MONTESSORO, 2005, p.02).

No século XIX, na fase do comércio monopolista-financeiro, esse se caracterizou pela presença de estabelecimentos comerciais fixos reduzindo, assim, a importância das feiras e dos mercados. Dessa maneira, como destaca Cleps (2004), a praça dos mercados deixa de ser o lugar dos encontros semanais, das conversas e das compras, tornando-se um local constituído de estabelecimentos fixos que se realizam diariamente. Assim, numa lógica de adequação do comércio as transformações do espaço urbano, os estabelecimentos comerciais tornaram-se locais cobertos e privados.

De acordo com Silva (2003, p. 118):

Entre meados do século XIX e os primeiros anos do século XX, o comércio ganhou maior importância aliado a produção em massa e, assim, passou a criar novas formas para a troca de mercadorias. É neste momento que surgem as

primeiras grandes galerias comerciais, passagens comerciais e lojas de departamentos nos centros das cidades européias.

Neste contexto, Cleps (2004) coloca que a partir do desenvolvimento do capitalismo, modernas formas de comercialização surgiram controladas pelo capital privado. Assim, com a busca da acumulação de capital, as lojas que eram individuais se transformaram em grandes estabelecimentos.

Para Vargas (2001), o surgimento das galerias comerciais e lojas de departamento trouxeram modificações na estrutura e principalmente na distribuição e troca de mercadorias, com a inserção do grande estabelecimento varejista no espaço urbano.

Segundo Pintaui (2001) com a crescente ocupação de estabelecimentos nas áreas centrais, essa se tornou um local de grande circulação de veículos, o que passou a dificultar a circulação de pessoas. Assim, visando facilitar o acesso da população ao comércio, o poder público fechou algumas ruas centrais, principalmente as estreitas, destinando-as apenas para a circulação de pedestres, criando, assim, os espaços denominados de calçadas.

De acordo com Silva (2003), através do processo de globalização, com a inserção de grandes corporações na atividade comercial dentro de uma economia mundial, estabeleceu uma nova dinâmica comercial o que resultou na criação de novas formas de comercialização, buscando maximizar o lucro e alcançar cada vez mais novos mercados. Assim, com a internacionalização da economia, a diversificação das mercadorias, o desenvolvimento dos meios de comunicação e o aumento do consumo permitiram uma intensificação nas transações comerciais e uma reelaboração na sua localização, buscando pontos que facilitem a aquisição de mão-de-obra, acessibilidade aos meios de transporte e ao mercado consumidor.

Cleps (2004) também destaca a importância do processo de urbanização no surgimento de novos equipamentos e formas comerciais, como os supermercados, os hipermercados e os *shoppings centers*.

A gênese dos supermercados, segundo Silva (1996), ocorre no início da década de 1920 nos Estados Unidos no período da Grande Depressão. Com a crise de 1929 houve a redução do poder aquisitivo das pessoas e a introdução de impostos que variavam de acordo com o número de estabelecimentos e não em relação às vendas. Dessa maneira, esse autor aborda que as lojas existentes começaram a ser substituídas por lojas únicas, com maiores dimensões, objetivando uma maior organização da loja, das mercadorias à venda e também uma redução dos impostos.

Com o passar do tempo e dos efeitos da Grande Depressão, os supermercados passaram a crescer tanto em número de estabelecimentos quanto em áreas de venda, além de promover novidades e melhorias nas instalações. De acordo com Silva (2003), dois elementos foram fundamentais para a permanência e sucesso dos supermercados. O primeiro foi à autonomia proporcionada ao consumidor, dando-lhe liberdade de escolha da mercadoria sem a ajuda alheia. Dessa forma, o consumidor passou a analisar os produtos e comprar aqueles de seu agrado. O outro fator é que essa “liberdade” de escolha dos produtos incentiva as compras, pois permite torná-las mais rápida e, para os estabelecimentos significou o aumento na área de vendas e a economia no pagamento de funcionários.

Cleps (2004) destaca que outra importante mudança no comércio foi o surgimento dos *shoppings centers*, edifícios decorrentes de inúmeras alterações ocorridas na economia mundial nas últimas décadas, onde a comercialização ocorre num estabelecimento privado, com regras e normas que controlam o acesso ao seu interior. De acordo com Cleps (2004) os *shoppings centers* podem ser comparados aos fóruns da idade média que eram considerados “templos das mercadorias”.

De acordo com Bienenstein *apud* Silva (2003), o surgimento e principalmente a difusão dos *shoppings centers* nos Estados Unidos estão relacionados ao fenômeno de surgimento e expansão dos subúrbios que esteve diretamente relacionado ao advento do automóvel. Para Bienenstein *apud* Silva (2003, p.02):

o surgimento e a conseqüente expansão dos subúrbios, acrescido ao crescimento da população num contexto de aumento da renda per capita, acabaram por demandar bens e serviços especializados, obrigando o comércio varejista a se ajustar a uma nova realidade sócio-locacional. Inicialmente, as lojas de departamentos e os supermercados cumpriram este papel, aglomerando ramos de comércio e de serviços diversos. Porém, a crescente importância dos automóveis no cotidiano das pessoas, fez com que grandes áreas de terra, destinadas a abrigar estacionamentos, fossem incorporadas a esses estabelecimentos, especialmente naqueles localizados distantes das zonas residenciais.

Assim, com a expansão de novas formas de comércio, a importância das trocas tornou-se ainda maior, principalmente, em decorrência da difusão dos meios de transporte e comunicação, que possibilitou o aumento no volume e no fluxo de pessoas (CLEPS, 2004).

Observando a evolução das formas de comércio em decorrência das transformações sociais e espaciais ocorridas no espaço urbano, nota-se que a cidade já foi palco de diferentes atividades comerciais. Atualmente, como fruto das relações sociais, a cidade é resultado de um espaço repleto de desigualdades. Assim, no seu espaço têm-se grandes estabelecimentos comerciais que, na maioria das vezes, estão voltados para o acesso das classes dominantes, ao mesmo tempo em que, por outro lado, têm-se formas de comércio caracterizadas pela precarização do trabalho, como é o caso do comércio informal.

De acordo com Cleps (2003), o comércio informal é uma reação aos limites da urbanização, utilizando formas alternativas na criação de novas possibilidades de inserção social. Segundo o autor, como uma atividade que acontece no espaço urbano, portanto uma forma social,

o comércio informal constitui-se numa atividade inserida no setor informal da economia, formada por diferentes trabalhadores.

Segundo Kitamura, Ribeiro Filho e Miranda (2007) estas transformações ocorridas nos espaços urbanos são conhecidas como reprodução socioespacial, onde esses espaços adquirem novos valores e funções. Os centros das cidades são as áreas mais afetadas pela informalidade, uma vez que possui um grande fluxo de pessoas e concentra as atividades comerciais.

Dessa maneira, a apropriação do comércio informal no espaço urbano contribui para a configuração de uma nova dinâmica sócio-espacial nos espaços que são desenvolvidas, uma vez que, como retrata Santos (2003), o espaço é resultado da materialização das relações sociais.

Contudo, diante das transformações que o comércio sofreu com o passar dos anos e o surgimento de novas formas comerciais, esse vem cada vez mais influenciando a organização espacial das cidades. Entretanto, esse trabalho se restringirá ao estudo do comércio informal e a sua influência na dinâmica socioespacial da cidade de Viçosa a partir dos espaços ocupados, comerciantes empregados, mercadorias comercializadas e o público consumidor.

3.2. O Setor Informal: um conceito com diversas interpretações

Segundo Furtado (2004), o surgimento do conceito de setor informal se encontra nos anos cinquenta, quando a literatura econômica introduziu a idéia de que sociedades em estágios iniciais do processo de desenvolvimento econômico apresentavam características dualistas. Para o autor, por um lado existia um setor moderno, que se caracterizava pelo progresso técnico e altas taxas de crescimento econômico, mas, por outro lado, ainda havia nestas sociedades um setor arcaico e tradicional, com baixos níveis de produtividade.

Acreditava-se que essa natureza dual das sociedades subdesenvolvidas era um fenômeno transitório. Como relata Furtado (2004), o avanço do progresso tecnológico liberaria mão-de-obra

do setor tradicional, que seria totalmente absorvida pelo setor moderno. Assim, a natureza dual das sociedades subdesenvolvidas desapareceria a partir da eliminação do setor tradicional.

Entretanto, o que o autor considerou que seria transitório mostrou-se permanente, principalmente nos países subdesenvolvidos. A industrialização e, posteriormente, o processo de urbanização resultaram em um aumento no índice de desemprego e no número de trabalhadores que se ocupavam em atividades à margem dos setores dinâmicos da economia. Dessa maneira, ocorreu a legitimação da necessidade de discussões acadêmicas e do Estado que explicassem e compreendessem a pobreza urbana.

Neste contexto, Cacciamalli (2000) relata que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou em 1969, o programa mundial de emprego que tinha como um de seus objetivos avaliar o índice de desemprego. Assim, no desenvolvimento do Programa surgiu o conceito de “setor informal”. Este conceito abrangia: propriedade familiar do empreendimento; origem e aporte próprio dos recursos; pequena escala de produção; facilidade de ingresso, uso intensivo do trabalho e de tecnologia adaptada, aquisição profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e ainda participação em mercados não regulamentados pelo Estado.

Para Furtado (2004), o conceito de setor informal apresentado pela OIT não representou qualquer tentativa de fundamentar uma teoria para explicar o desemprego, pelo contrário, serviu como uma definição instrumental para elaboração de políticas governamentais. O objetivo da OIT era alertar para um fenômeno típico de países subdesenvolvidos, que deveria ser superado por políticas estatais.

Assim, desde que a OIT lançou esse conceito e iniciava estudos sobre a informalidade em alguns países, como um estudo realizado em 1972 sobre o mercado de trabalho do Quênia, a literatura econômica e sociológica publicou inúmeras pesquisas sobre esse assunto. Além de ser

discutida em vários encontros promovidos pela OIT, como na 13ª e 15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho.

É importante ressaltar que no decorrer dos anos, a OIT fez algumas alterações na sua definição de setor informal. Segundo Furtado (2004), na conferência de 1993, com o objetivo de quantificar a participação desse setor na economia mundial, a nova definição da OIT privilegiou as características das unidades produtivas, em detrimento das características das relações de trabalho. As unidades informais foram caracterizadas, como aquelas que tinham como objetivo principal gerar emprego e renda para as pessoas envolvidas, nível baixo de organização, com pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital.

Furtado (2004), ainda destaca que com a permanência do setor informal na economia mundial, com o decorrer dos anos, este não foi mais conceituado como um fenômeno transitório, mas sim como algo que está presente em todo o mundo. E, portanto, a partir de 2002 na conferência Internacional da OIT que tinha como tema “Trabalho Decente e Economia Informal”, o conceito de setor informal foi substituído por um conceito mais amplo, o de “economia informal”:

Com a intensificação das discussões a respeito da informalidade, Theodoro (2000) destaca que a partir de meados dos anos 70, o conceito de setor informal aparece como um novo instrumento para explicar um antigo fenômeno: a existência de atividades econômicas de baixa produtividade que se desenvolviam à margem da legislação e nas franjas do mercado. Para este autor, a abordagem em termos de setor informal está fortemente associada a uma perspectiva de intervenção, por meio de políticas e programas de apoio, seja pelos governos ou agências internacionais. Assim, o apoio ao setor informal representava uma ação do Estado.

Para Lautier *apud* Theodoro (2000), este conceito trata-se de um caso único: um conceito criado no interior de uma instituição executiva e que a seguir invade os meios acadêmicos. Para

ele, isso explicaria, em parte, sua fragilidade teórica, expressada na dificuldade em se encontrar uma definição universalmente aceita. Para Tokman *apud* Theodoro (2000, p.05): “Não existe uma definição para o setor informal que seja aceita por todos os autores, sendo um conceito teoricamente frágil, mas ideologicamente forte”.

Camargo (2006) também coloca que a literatura econômica encontra-se pouco organizada e não apresenta um consenso sobre o termo informalidade, porém há dois conceitos que se destacam na literatura: 1) Compreende o trabalho informal a partir da precariedade da ocupação, ou seja, abrange as atividades produtivas que são executadas à margem da lei, especialmente da legislação trabalhista; 2) Compreende os estabelecimentos de natureza não - capitalistas que se distinguem pelos baixos níveis de produtividade e pela pouca diferenciação entre capital e trabalho.

Na mesma perspectiva, Cacciamalli (2000) e Melo e Teles (2000), também enfatizam que o conceito de setor informal se destaca por duas interpretações. A primeira, a partir das formas de produção, que considera a organização das unidades baseada no modo de produção não – capitalista, onde não há distinção entre propriedade do capital e do trabalhador. E a segunda baseada na forma de emprego sem contrato legal de trabalho, que significa a ausência de registro na carteira.

Para Melo e Teles (2000) o tema economia informal pode representar fenômenos distintos, que vão desde a evasão fiscal até atividades de populações marginalizadas que buscam a sobrevivência familiar, porém não há na literatura uma definição conceitual sobre o significado do setor informal.

Assim, como aborda os autores mencionados acima, o conceito de informalidade na sua maioria, é considerado a partir das unidades de produção ou pela ausência de contratos legais de seus trabalhadores. No que se refere, em considerar a economia informal através das unidades de

produção, Melo e Teles (2000), destacam que a informalidade abarca a produção mercantil simples, a qual não segue a lógica capitalista, correspondendo os trabalhadores por conta própria e as pequenas empresas, familiares.

Já para Santos (2004), o setor informal está inserido no circuito inferior da economia que também se caracteriza pela pequena produção manufatureira, pequeno comércio e pela multiplicidade de serviços, sendo unidades de produção reduzidas, com pouca utilização de capital e uso de tecnologias obsoletas.

Na mesma lógica, Cacciamalli (2000) destaca que o termo informal é aplicado normalmente para representar proprietários e trabalhadores que participam da produção em pequenas unidades produtivas, onde as relações capital - trabalho não se encontram bem estabelecidas, seja no âmbito da organização do trabalho, como no cumprimento das regras legais. Para a autora, o conceito de economia informal é diferente do conceito de economia subterrânea, sendo o primeiro baseado na forma de organização da produção e o segundo a partir da ilegalidade. Assim, Cacciamalli (2000) critica os estudos sobre o setor informal que o tratam de maneira equivocada relacionando - o ao mercado de trabalho, ou seja, a trabalhadores que são contratados sem carteira assinada, a margem das leis.

E ainda, segundo Cacciamalli (2000), este conceito baseado nas unidades produtivas, também pode gerar duas principais interpretações. A primeira trata-se de um conjunto de firmas que se caracterizam por uma constituição incipiente, onde se ocupa a maior parte do excedente de mão-de-obra urbana, com o objetivo de gerar seu emprego e renda. Esta abordagem detém um caráter microeconômico, buscando alcançar o lucro. Já a segunda, acredita-se que os trabalhadores informais não têm como lógica o lucro, mas apenas a sobrevivência dos seus proprietários.

Pamplona e Romeiro (2002) também consideram o setor informal como o conjunto de unidades de produção não tipicamente capitalista, sendo a prioridade do trabalhador a manutenção da família. As relações de emprego existentes são, sobretudo, fundadas no emprego ocasional, no parentesco, em relações pessoais ou sociais e não em acordos contratuais que fixem garantias.

Segundo os autores, as unidades informais são subordinadas e não necessariamente exploradas pelo núcleo capitalista. Assim, a ilegalidade é uma consequência e não uma causa da economia informal, uma vez que as unidades informais não são criadas para não pagarem impostos ou não recolher a contribuição previdenciária. Enfim, são unidades que realmente possuem dificuldades em cumprir as regras jurídicas.

Já outros autores consideram o conceito de setor informal baseado na ilegalidade, como Bertolucci (1996), que coloca a economia informal como sinônimo de economia subterrânea, invisível, clandestina, oculta, ou seja, não existem nos dados oficiais sobre o PIB (Produto Interno Bruto). Segundo De Soto *apud* Pamplona; Romeiro (2002), a economia informal também chamada de economia subterrânea, seria um conjunto de atividades não declaradas ao Estado, extraleais, porém socialmente lícitas. Neste conceito não consideram fatores de natureza tecnológica, nem tamanho das unidades produtivas.

Coelho (1992), também considera a economia informal sinônima de economia subterrânea, sendo que esta atua de maneira ilegal, ou seja, não paga impostos e não assina carteira. Assim, ela considera o campo da economia informal algo heterogêneo, incluindo formas de organização que vão desde a economia de base familiar, pequenas unidades de produção até o comércio ambulante.

Segundo Coelho (1992) mesmo com as divergências existentes entre os conceitos de informalidade, eles apresentam um denominador comum: o de não se enquadrarem nos moldes

da produção capitalista, quer por razões de ordem econômica ou jurídica. Enfim, o que agrupa essas atividades em torno de um mesmo conceito não é a proximidade que há entre eles, mas o afastamento que mantêm do modelo de organização capitalista.

Devido à dificuldade de estabelecer uma definição para o setor informal, as pesquisas realizadas por intelectuais, órgãos públicos ou privados deparam-se com dificuldades para operacionalizar este conceito. Um exemplo dessa dificuldade pode ser observado nas pesquisas realizadas pelo IBGE, principalmente na pesquisa mais atual sobre a Economia Informal Brasileira (Ecinf) em 2003. Para aplicar o conceito de setor informal nessa pesquisa, o IBGE teve de traduzi-lo em variáveis capazes de serem coletadas e mensuradas a partir de pesquisas domiciliares.

Para a realização da Ecinf, o IBGE baseou-se no conceito de economia informal discutido na 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho, da OIT, em janeiro de 1993. O IBGE decidiu que pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias.

Segundo Furtado (2004) as principais características utilizadas pelo IBGE para caracterizar o setor informal, como a produção em pequena escala, o baixo nível de organização e a quase inexistência de separação entre trabalho e capital, foram consideradas a partir do tamanho do estabelecimento. Assim, este conceito é deficiente, pois considerou que uma unidade de produção com pequeno número de empregados apresenta geralmente baixa produtividade e baixo grau de organização.

Para Furtado (2004), este conceito utilizado pelo IBGE em 2003 permite múltiplas combinações entre as unidades produtivas e as relações de trabalho, uma vez que considerou as estruturas econômicas que apresentam desde negócios familiares, que só empregam mão-de-obra

familiar não remunerada, até grandes empresas que somente empregam mão-de-obra formalizada. Assim, a multiplicidade de casos em que se manifesta a informalidade não permite a construção de uma única teoria para a economia informal brasileira, o que dificulta a formulação de uma política pública que atenda todos esses casos de informalidade. Entretanto, cabe ressaltar que essa abrangência de unidades produtivas e relações de trabalho que são consideradas por alguns conceitos é resultado da complexidade das unidades inseridas na informalidade.

Cavalcanti e Duarte (1980), também relataram a limitação encontrada em se definir operacionalmente o conceito de setor informal no desenvolvimento da pesquisa sobre o setor informal da cidade de Fortaleza. No decorrer dos capítulos de seu livro “A procura de espaço urbano na economia urbana: o setor informal de Fortaleza” observa-se a presença de uma definição de economia informal que ora se identifica com o emprego da população de baixa renda, ora com pequenas unidades com estruturas precárias e ainda em alguns momentos com a esfera de trabalho não regulamentado.

Enfim, os conceitos de setor informal não foram criados a partir de uma base teórica sólida, uma vez que tinham como objetivo apenas explicar um fenômeno que se destacava em algumas cidades em processo de transição econômica. Dessa maneira, o contexto socioeconômico do seu surgimento influenciou na ausência atualmente de uma única definição para o conceito de informalidade.

Assim, a existência de diversidade de definições, permite que a abordagem da informalidade seja realizada através de diferentes enfoques. Entretanto, cabe ressaltar que, atualmente, na literatura econômica se destacam duas: uma baseada nas unidades produtivas, onde se tem a pequena produção, pouca utilização de capital e de tecnologias, e ainda baixa separação entre capital e trabalho, e a outra baseada nos trabalhadores que realizam suas atividades à margem da legislação. Desse modo, nota-se que a utilização de um determinado

conceito de economia informal, detem-se sobre características gerais, o que possibilita a abrangência de mensuração, onde se pode encontrar desde ambulantes até pequenos “empresários”.

Contudo, mesmo com essas divergências em relação a sua conceituação e a dificuldade de se abranger a complexidade das atividades que são inseridas na sua discussão, a economia informal, compreende um importante conceito para a reflexão e compreensão das novas formas de trabalho inseridas no espaço urbano.

3.3. O Comércio Informal: uma atividade do setor informal

De acordo com Cleps (2003), o comércio informal é uma das diversas atividades que compõem a economia informal, constituindo-se num mercado paralelo e tendo como principal característica a troca, venda ou comercialização de produtos, bens e serviços, de economia invisível, ou seja, muitas vezes não considerados nos dados oficiais da economia, sendo formado por vendedores ambulantes, profissionais irregulares, feirantes, sacoleiros e camelôs. Segundo a autora, dentre os personagens que compõem este setor, o ambulante é o mais comum.

Diferentemente do comércio formal, o comércio informal é um conjunto de atividades econômicas e heterogêneas, onde não existe o predomínio de relações assalariadas, mas sim de profissionais autônomos funcionando como uma atividade de baixa capitalização e produtividade, pois, geralmente, tem uma baixa ou nenhuma capacidade de geração de excedentes (MONTESSORO, 2005).

Além disso, o comércio informal se caracteriza pela diversidade de mercadorias comercializadas. Segundo Montessoro (2005), as mercadorias vendidas por estes comerciantes são mercadorias refugadas das indústrias ou fabricadas em oficinas de “fundo de quintal”, ou são artigos produzidos artesanalmente ou até mesmo, produtos industrializados. Atualmente, o

comércio informal, presente na maioria das cidades, através da comercialização de diferentes mercadorias para a população se constitui em um novo espaço de consumo, em novas possibilidades de venda, e uma forma (re)significada de comércio, derivada do cenário socioespacial contemporâneo.

Para o desenvolvimento de suas atividades, o comércio informal se apropria do espaço urbano utilizando-o como uma “propriedade” particular. Segundo Montessoro (2005), os espaços públicos passam a ter valor de mercadoria, pois os informais dele se apropriam privadamente, por não terem nenhum custo de localização, não pagarem aluguel e nem impostos. Para o autor, a apropriação das vias públicas pelos comerciantes informais está relacionada a vários fatores, dentre os mais significativos, o desemprego. É importante ressaltar que há uma concorrência entre os próprios comerciantes em relação às mercadorias comercializadas e aos espaços ocupados.

Para Cleps (2003), no que se refere à apropriação do espaço urbano, o comércio informal pode ser dividido em três grupos: os fixos, aqueles instalados próximos as áreas de grande movimentação, tais como as áreas centrais da cidade; os periódicos, que ocorrem em áreas de lazer como parques, estádios de futebol, entre outros, instalando-se nos finais de semana e feriados; e os ocasionais, que surgem em torno dos comércios formais, em atos públicos ou festas comemorativas populares.

E ainda segundo Bertolucci (1996), os comerciantes informais podem ser diferenciados pelo critério de mobilidade espacial do vendedor, ou seja, camelôs, ambulantes e vendedores autônomos. Dessa maneira, em relação aos tipos de comerciantes, os camelôs são definidos como uma categoria de trabalhadores que possui um ponto fixo, independente de estar em um

camelódromo ou nas calçadas. Para o autor, os ambulantes⁵ são os mais propícios a roubos, fiscalização, repressão, apreensão de mercadorias, e mais vulneráveis à situações adversas do tempo, como sol em excesso e chuva (BERTOLUCCI, 1996).

Já os vendedores ambulantes se caracterizam por não possuir um ponto fixo, o que permite uma maior flexibilização em relação a sua localização e, ainda, suas mercadorias são mais baratas se comparadas às dos camelôs. Bertolucci (1996), ainda destaca outro tipo de comerciante, os “vendedores autônomos” que englobam os donos de bancas de jornal e revistas ou de quiosques alimentícios, que têm instalações mais “sofisticadas”.

Os feirantes, entretanto, não são conceituados devido à mobilidade espacial, mas sim pela periodicidade da realização de suas atividades, ou seja, por desenvolver suas atividades em dias específicos e por, na maioria das vezes, serem trabalhadores que desenvolvem outras atividades além da feira. E ainda, outras formas de comércio informais, como os shoppings populares ou camelódromos, que são espaços destinados a concentração de comerciantes informais, sendo locais criados, na maioria das vezes, pelo poder público.

Enfim, diante da variedade de atividades comerciais informais e sua apropriação no espaço urbano, o presente trabalho, como já descrito anteriormente, considerou como atividades comerciais informais, aquelas atividades comerciais realizadas em pontos fixos ou móveis, que são desempenhadas à margem da lei, principalmente da legislação trabalhista, e que apresentam, também, produção em pequena escala, baixo nível de organização, inexistência ou quase inexistência da separação entre capital e trabalho, e ainda que ocupam indevidamente espaços públicos.

⁵ Segundo Vargas (2001), na história das trocas, o comércio ambulante foi a primeira forma de se comercializar os produtos.

4. MUNICÍPIO DE VIÇOSA (MG): HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

A cidade de Viçosa está localizada na Zona da Mata Mineira a uma altitude de 648,74 m, tem como coordenadas geográficas o paralelo de 20°45'54'', latitude S, e o meridiano de 45°52'54'', longitude W Gr. Limita-se ao norte com os municípios de Teixeiras e Guaraciaba, ao sul com Paula Cândido e Coimbra, a leste com Cajuri e São Miguel do Anta e a oeste com Porto Firme, constituindo uma área territorial de 299,40 km² (IBGE, 2007). Dista 220 km por rodovia da capital mineira, Belo Horizonte. É cortado pela BR 120 e as rodovias estaduais MG 280 e MG 356 possuindo várias linhas de ônibus que fazem a ligação de Viçosa a importantes cidades do estado e do Brasil, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas (SP), Juiz de Fora e outras.

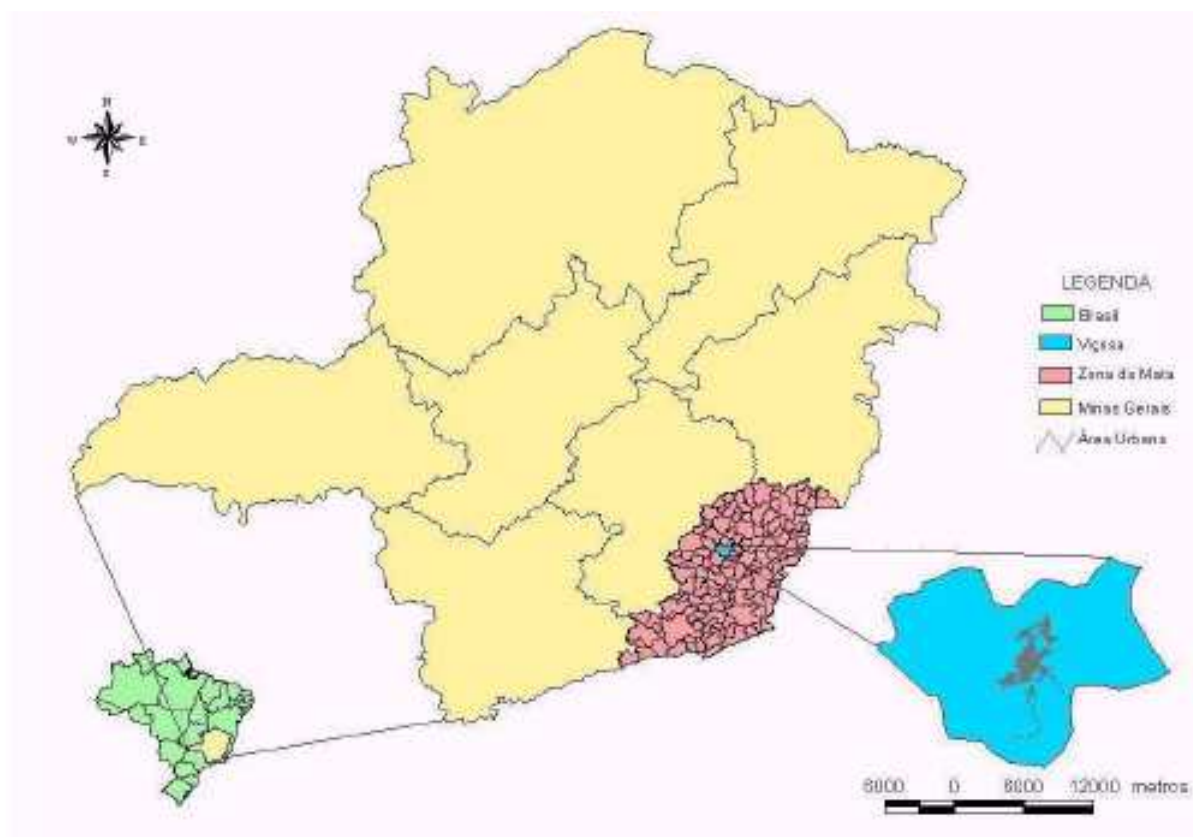


Figura 1- Localização de Viçosa (MG).

Fonte: GEOMINAS - Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais, (Cd-Room), 2004.

O surgimento do município de Viçosa, segundo Paniago (1990) está relacionado ao declínio do ciclo do ouro nas cidades de Ouro Preto e Mariana, uma vez que com a decadência dessa atividade, a população buscou encontrar terras na região que fossem adequadas para o plantio de lavouras. Assim, como aborda Mello (2002), com a fixação dessas pessoas na área que atualmente se encontra a cidade de Viçosa, foi instalado por volta de 1800 – 1805, o primeiro povoado ao redor da capela dos Passos, o povoado de Santa Rita do Turvo.

Com o passar dos anos, o povoado foi se expandindo territorialmente com o surgimento de novos arruamentos, que se localizavam no que atualmente é considerada a área central da cidade. Segundo Mello (2002), neste período de expansão dois fatores prejudicavam o seu crescimento: de um lado, a presença do ribeirão São Bartolomeu e, de outro, um relevo marcado por elevadas altitudes, o que dificultava a ocupação. Com essa expansão da cidade, o povoado de Santa Rita do Turvo em 1870 foi elevado à categoria de Vila, e em 1876 a categoria de cidade.

Nesta época, a economia da cidade era baseada em atividades agrícolas, com destaque para o cultivo do café. Segundo Pereira (2005) por volta de 1920, surgiram novos elementos na economia local a partir da instalação de pequenas indústrias, como as de tecelagens e os pequenos engenhos. Para Pereira (2005, p.199): “Desta forma, podemos compreender que as relações urbanas que se formaram no município eram predominantemente produto das atividades rurais, que, em sua maioria, visavam principalmente interesses externos à sociedade local”.

Entretanto, com a instalação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) em 1926, a cidade de Viçosa sofreu um intenso processo de transformação na sua dinâmica socioespacial e econômica, principalmente através do processo de urbanização e do crescimento populacional.

A Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) foi criada em 1926, pelo governador do Estado de Minas Gerais na época, o viçosense Arthur da Silva Bernardes. A

criação da ESAV tinha como objetivo promover um desenvolvimento econômico da região baseado nas atividades agrícolas, devido a isso, os primeiros cursos a serem criados foram Agronomia e Veterinária.

Para Pereira (2005), a criação da ESAV somente foi possível devido à fluidez espacial que se encontrava na cidade, em consequência principalmente, da agricultura cafeeira que se instalou na região após o declínio da mineração. O desenvolvimento da cafeicultura na Zona da Mata mineira promoveu nessa área um processo de modernização, que tinha como objetivo facilitar o transporte e escoamento da produção. Um exemplo deste processo foi a instalação da Estrada de Ferro Leopoldina, um importante eixo para o desenvolvimento econômico da Zona da Mata mineira, sendo construída através da iniciativa de fazendeiros e comerciantes da região. Pereira (2005) destaca que o cultivo, principalmente do café resultou no final do século XIX um certo grau de desenvolvimento à Viçosa. Assim, segundo o autor, Viçosa estava preparada para conhecer nos próximos anos uma nova fase no processo de urbanização.

Com a criação da ESAV, a cidade de Viçosa recebeu migrantes de diversas regiões do Brasil e do mundo, o que promoveu uma demanda de infra-estrutura para receber essas pessoas. Com a melhoria da infra-estrutura urbana através de investimentos na habitação, no transporte e serviços, surgiu na cidade uma oferta de novos empregos para população de Viçosa e de cidades vizinhas. Como até então a população residia, em sua maioria na zona rural, estes fatores favoreceram a migração para a cidade iniciando uma nova fase de desenvolvimento em Viçosa.

De acordo com Mello (2002), nas últimas décadas, o município de Viçosa cresceu consideravelmente em termos populacionais. A população viçosense, que no ano de 1960 era de 20.846 habitantes e, em sua maioria, se concentrava na área rural, com o passar do tempo e o surgimento de novas atividades econômicas, tornou-se essencialmente urbana. Em 1970, a população já era de 25.784 habitantes (IBGE, 2003), sendo que 17.000 ocupavam a área urbana.

O aumento da concentração populacional e da urbanização na cidade de Viçosa ocorreu devido ao movimento no país de tecnificação do campo, que provocou a migração de muitas pessoas para a cidade, e também pela federalização da universidade na década de 70, e a ampliação dos cursos oferecidos nesta instituição. Até 1974 somavam-se nove cursos de graduação e dez de pós-graduação, sendo que no ano de 1975, a instituição passou a contar com vinte e um cursos de graduação e dezoito de pós-graduação.

Segundo Ribeiro Filho (1997), a federalização, juntamente com o aporte substancial de recursos financeiros que recebeu, foi um fator que contribuiu de forma decisiva para o acelerado processo de urbanização que a cidade sofreu a partir desta década. Assim, a UFV foi um elemento essencial no surgimento de uma nova dinâmica econômica, política e social da cidade.

Neste contexto, Pereira (2005) destaca:

Entre as décadas de trinta e sessenta do século passado, a cidade de Viçosa passou por um significativo desenvolvimento através da universidade, com a criação de uma série de novos cursos, que, aliado à modernização das técnicas de trabalho no campo, e também ao crescimento da economia urbana, fizeram com que Viçosa recebesse um número maior de migrantes, garantindo assim um crescente número de habitantes no município. A Universidade Federal de Viçosa que já podia ser considerada elemento centralizador das atividades urbanas, no início da década de oitenta duplicou o número de alunos matriculados, inserindo no espaço urbano novas demandas por serviços e mesmo uma renovação material no que diz respeito a determinadas infra-estruturas. (PEREIRA, 2005, p. 200).

No que se refere à população, como retrata Paniago (1990), até a década de 1970, a cidade de Viçosa crescia em ritmo lento. Já após a década de 1970, o crescimento populacional da cidade ocorreu em níveis altíssimos, em apenas trinta anos (1970 – 2000) a população viçosense quase triplicou. Entretanto, atualmente observa-se que a taxa de crescimento vem diminuindo. A evolução da população viçosense pode ser observada na tabela 1.

Tabela 1 - Evolução da população no município de Viçosa-MG.

Ano	População Urbana	População Rural	Total
1970	17.000	8.784	25.784
1980	31.179	7.507	38.686
1991	46.456	5.202	51.658
2000	59.792	5.062	64.854
2007 ¹			70.404

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007.

¹ Dados preliminares

Através da análise do crescimento urbano e populacional de Viçosa nota-se que a Universidade Federal de Viçosa contribuiu intensamente na modificação da dinâmica socioespacial do município, pois, fez com que no espaço urbano viçosense surgissem novas atividades econômicas, ao mesmo tempo em que setores tradicionais da economia perdessem a sua importância.

O setor agrário, que desde o surgimento da cidade de Viçosa teve fundamental importância, principalmente através do café foi gradativamente perdendo sua influência na economia local. Atualmente, a agricultura na cidade se destaca pela predominância de pequenas propriedades que cultivam para sua subsistência, ou para uma comercialização em pequena escala para atender os pequenos mercados da cidade. Segundo Mendes (2007), os produtos agrícolas que têm relevância na economia do município, em termos de produção, são o milho, a cana-de-açúcar, o café, o feijão, o tomate, a mandioca, o arroz, a banana e a laranja.

Atualmente, a cidade de Viçosa possui a sua economia voltada predominantemente para os setores de comércio e prestação de serviços. Segundo Oliveira e Borges (2005), o maior número de empregos na cidade encontra-se nos setores de comércio e serviço, com 26% e 36%

respectivamente, ou seja, esses setores concentram mais de 60 % dos empregos do município. O restante está distribuído na agropecuária com 15%, a construção civil, com 14%⁶; e a indústria com 9%.

Se comparada com outras cidades pertencentes a sua microrregião⁷, Viçosa se destaca como pólo de atração, principalmente pela presença de instituições de nível superior, como: UFV (Universidade Federal de Viçosa), a Univiçosa (União de Ensino Superior de Viçosa), a FDV (Faculdade de Viçosa), e a ESUV (Escola de Estudos Superiores de Viçosa). Também é importante ressaltar a presença de escolas de níveis médio e fundamental e técnico nas áreas pública e privada, como o Colégio Anglo de Viçosa, Colégio Equipe, Colégio Ágora, Colégio Nossa Senhora do Carmo, Coluni, Escola Estadual Doutor Raimundo Alves Torres, Escola Estadual Effie Rolfs, ETEV (Escola Técnica de Viçosa), a EVATA (Empresa Viçosense de Assessoria Técnico Acadêmica), a Microllins, a SENAR ARMG e a Escola Técnica José Rodrigues da Silva (de Enfermagem). A presença dessas instituições de ensino é fundamental para a economia da cidade, o que pode ser observado através do próprio *slogan* utilizado pela Prefeitura Municipal, “Viçosa, cidade educadora”.

Além da educação, outras atividades de prestação de serviços são importantes, como a presença de agências bancárias, como o Banco do Brasil S/A, Banco Bradesco S/A, Banco Itaú S/A, Banco Mercantil do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal e UFV Credi. Os serviços na área da saúde também são essenciais para a região, através da presença dos hospitais públicos (São João Batista e São Sebastião), consultórios particulares médicos com várias especialidades, alguns comuns apenas em cidades com função de centros regionais ou subcentros regionais e

⁶ A construção civil é um setor de destaque na economia viçosense devido, principalmente, a demanda crescente de moradias gerada pela expansão da UFV.

⁷ Segundo o IBGE (2006), a microrregião de Viçosa é composta por vinte cidades, sendo sua população aproximadamente de 227.203 habitantes e ocupam uma área de 4.826,137 Km².

odontológicos, além de consórcios públicos compostos pelas cidades pertencentes a sua microrregião.

Na atividade industrial, como retrata Mendes (2007), predominam as indústrias, com geração de 1.054 empregos diretos e 256 indiretos em 2003. Segundo dados da ADEVI (Associação de Desenvolvimento de Viçosa) em 2004, Viçosa possuía 122 empresas industriais, sendo que as de fabricação de produtos metálicos (serralherias, móveis, etc.) têm o maior destaque (34,43% do total de empresas), seguido pelos setores de móveis e artefatos de madeira e de gráfica, e audiovisuais.

Cabe destacar duas importantes indústrias na cidade, a Pif Paf alimentos e a Laticínios escola, da Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE). A primeira, uma empresa frigorífica de grande peso no Brasil e em Minas Gerais, foi instalada em Viçosa no ano de 1986 buscando a ampliação da produção e conquista do mercado local. Segundo Mendes (2007) no ano de 2007, a empresa empregava diretamente 282 pessoas. Já a segunda, é o Laticínios Funarbe, ligado ao Complexo Agroindustrial de Leite, produzindo produtos derivados do leite que são comercializados no mercado regional e nacional, como: leite pasteurizado, iogurtes, queijos e doce. Um dos produtos mais conhecidos é o Doce de Leite Viçosa.

Além das indústrias supracitadas, cabe ser ressaltado a presença na cidade de Viçosa de um Distrito Industrial (DI). Segundo Oliveira e Borges (2006), o DI de Viçosa está localizado no bairro da Barrinha, e é composto por cinco empresas de diferentes setores: Central Beton LTDA e Moldar LTDA (construção civil), Fábrica de Móveis e Esquadrilhas João XXIII (moveleiro) e Trigo Leve Indústria e Comércio LTDA e Temperos Viçosa LTDA (alimentos). Essas empresas são de pequeno porte, são, em sua maioria, de capital local e atendem, principalmente, ao mercado regional. Dentre essas, se destaca a Trigo Leve Indústria e Comércio LTDA, a maior empresa instalada, e que possui o maior número de empregados do distrito industrial (vinte e seis

trabalhadores) e também por exercer grande influência no mercado regional (OLIVEIRA; BORGES, 2006).

E ainda, também há a indústria de construção civil, que segundo Freitas e Oliveira (2003) se destaca nos ramos de edificações, serviços e imobiliário. A indústria de construção civil, de acordo com Freitas e Oliveira (2003) assumiu grande importância diante das mudanças que passou o município de Viçosa ao longo das últimas décadas. Para eles, o expressivo contingente populacional recebido pela cidade, pressionou a ampliação do espaço urbano, provocando uma expansão não só horizontal (em direção a novos bairros e loteamentos), mas também verticalizada, no sentido em que o crescimento urbano passou a se concentrar nas áreas centrais adjacentes a Universidade, valorizando esses espaços e dinamizando a construção de obras de maior porte. Dessa maneira, com uma crescente influência na economia viçosense, as atividades da construção civil, destacam-se pelo seu potencial de geração de empregos. Como já citado neste trabalho, essa se responsabiliza por 14% da mão-de-obra empregada na cidade de Viçosa.

Em relação ao comércio viçosense, a ADEVI (Associação de Desenvolvimento de Viçosa) destaca que a maior concentração de empresas dedicadas ao comércio está na área de Restaurantes, Bares e Similares, com 318 unidades, representando 27,27% deste setor. Em seguida, encontra-se o Comércio Varejista em Geral com predomínio de alimentos, em que estão incluídos os Supermercados, as Padarias, as Mercearias e todos os demais estabelecimentos representando 20,84% do total.

Dentre os subsetores de comércio de produtos específicos, o de menor presença foi o comércio atacadista com 0,94%, seguido pelo de produtos de informática com 15 lojas, que representam 1,29% desse universo. Na tabela, a seguir, podem ser observados, os subsetores do comércio da cidade de Viçosa e sua importância para o comércio local.

Tabela 2 - Subsetores do comércio da cidade de Viçosa, em 2005.

Subsetores da atividade Comercial	Qtde	%
Atacado.	11	0,94
Máquinas, ferramentas, veículos, peças e acessórios.	36	3,09
Produtos de informática.	15	1,29
Produtos agrícolas, veterinários e de jardinagem.	29	2,49
Jornais, livros, discos, fitas e de papelaria..	36	3,09
Materiais de construção, hidráulicos, elétricos, ferragens e vidraçaria.	69	5,92
Móveis e colchões, eletrodomésticos e eletrônicos, artigos de decoração.	53	4,55
Produtos farmacêuticos e óticas.	51	4,37
Tecidos, cama, mesa e banho, artigos de armarinho e brinquedos.	72	6,17
Vestuário, calçados e acessórios.	203	17,41
Restaurantes, bares e similares.	318	27,27
Varejista em geral com predomínio de alimentos.	243	20,84
Comércio de outros produtos não especificados.	30	2,57
Total	1166	100,00

Fonte: CENSUS, dados da pesquisa - Ano 2003

Disponível em : <<http://www.vicosa.mg.gov.br/conteudo/vicosaemnumeros.htm>>

Para Pereira (2005), os setores de prestação de serviço e o comércio são fundamentais para a economia de Viçosa, uma vez que mais de um terço da população economicamente ativa do município encontram-se nessas atividades. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Viçosa, as empresas existentes no município se destacam em 90% nos setores de comércio e serviços.

Assim, baseado nessas atividades econômicas, segundo dados do IBGE em 2003, o Produto Interno Bruto (PIB) de Viçosa é de aproximadamente R\$ 273 mil. Na tabela abaixo, pode-se observar a importância de cada atividade econômica para o PIB da cidade.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto do município de Viçosa – MG - 2007

PIB - Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00)		
Sector	Absoluto	%
Agropecuário	7.876	3,36%
Industrial	66.219	28,27%
Comércio e Serviços	160.177	68,37%
Total	234.272	100,00%

Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa – 2007

Disponível em : <<http://www.vicosa.mg.gov.br/conteudo/vicosaemnumeros.htm>>

De acordo com uma pesquisa da ADEVI no ano de 2005, no período de 1991 a 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano de Viçosa cresceu 11,89%, de 0,723, em 1991, para 0,809 em 2000. Para a Agência, o componente que mais contribuiu para este crescimento foi a longevidade, com 39,1%, seguida pela educação, com 36,0%, e pela renda, com 24,8%. Dessa maneira, de acordo com a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com o IDH de 0,809, o município está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8).

Entretanto, é importante ressaltar que a realidade socioeconômica presenciada pela população viçosense não confirma esses dados, uma vez que se observa na cidade, principalmente nos bairros periféricos, a presença marcante da desigualdade social. De acordo com Guimarães e Jannuzzi (2005), no cálculo do IDH municipal o indicador de renda municipal

per capta não contempla indicadores do nível de desigualdade da distribuição da renda e de aferição da proporção de pessoas e famílias situadas abaixo de determinado nível de renda.

Em contraposição, ou de forma complementar, a essas atividades econômicas, Viçosa também se revela palco da informalidade. A ADEVI, em pesquisa realizada em 2003, observou que o setor de serviços foi o que apresentou maior proporção de empresas informais⁸ (43,14%) e a indústria obtiveram a menor proporção (25,96%), conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 4 – Empresas Formais e Informais segundo o Setor de Atividade em 2005 – Viçosa, MG.

Identificação	Setor de Atividade %			Total
	Comércio	Indústria	Serviços	
Formal	68,19	74,04	56,86	64,23
Informal	31,81	25,96	43,14	35,77
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Associação de Desenvolvimento de Viçosa, 2003

A economia viçosense apresenta uma contradição complementar, por um lado se destaca pelo dinamismo nos setores comerciais e de serviços formais, por outro lado pela presença e o crescimento acelerado de atividades comerciais e de serviços informais, que levam a precarização do trabalho, a alterações espaciais e a conflitos entre o poder público, comerciantes informais e comerciantes formais. Assim, diante dessa realidade é que realizamos esse trabalho, com o intuito de traçar o perfil do comércio informal em Viçosa e entender sua importância e dinâmica socioespacial. Dessa maneira, no próximo capítulo apresentamos os resultados e as análises sobre o comércio informal de Viçosa, fruto de nossa pesquisa.

⁸ A ADEVI, em sua pesquisa considerou informalidade como empresas que não cumprem as regras jurídicas legais.

5. COMÉRCIO INFORMAL NA CIDADE DE VIÇOSA (MG): CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DINÂMICA ESPACIAL

5.1. O Perfil Socioeconômico dos Comerciantes Informais

Na cidade de Viçosa, em 2007, os comerciantes informais somavam 270, que desenvolviam suas atividades na área central da cidade, em pontos fixos, temporários ou como ambulantes. O perfil dos trabalhadores do comércio informal é caracterizado pela presença de homens e mulheres de diferentes idades, escolaridades, naturalidades, e que se inseriram na informalidade com objetivos diferentes.

Os comerciantes informais são em sua maioria do sexo masculino (59.5%), contudo a presença feminina na atividade está aumentando continuamente. É importante ressaltar que há no comércio informal uma diferenciação na distribuição dos comerciantes por gênero, segundo o tipo de produto vendido e o espaço que ocupam. Na feira de artesanato, 88% dos comerciantes são mulheres⁹, já os ambulantes e os feirantes da Santa Rita são compostos por 81% e 70% respectivamente por homens. No Shopping Chequer, a distribuição entre os sexos é mais equilibrada, sendo 42,5 % mulheres e 57,5% homens. Assim, a partir dos dados acima, é importante ressaltar que mesmo com o predomínio do sexo masculino, a presença feminina nesta atividade está aumentando.

Neste contexto, nota-se que na cidade de Viçosa, em relação ao comércio informal, a mão-de-obra feminina está direcionada na sua maioria, na comercialização de produtos artesanais, gêneros alimentícios e nos artigos de vestuário. Esses dados corroboram a afirmação

⁹ Retratando a presença de mão-de-obra feminina na economia, Galeazzi *et al* (2003), destaca que nas últimas décadas observa-se por um lado, o crescimento da participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) e por outro, a permanência das dificuldades de entrada das mulheres no mercado de trabalho, em decorrência de diversos motivos, como a segregação ocupacional e a discriminação nos rendimentos.

de Galeazzi, et al (2000), de que as mulheres ainda se ocupam, em grande parte, em atividades relacionadas a seu papel tradicional, ou seja, ligados aos afazeres domésticos.

No que se refere aos locais de origem dos comerciantes informais, 41.5% são naturais da cidade de Viçosa e 58.5% são oriundos de outras cidades. Destes 61% são naturais de cidades pertencentes à microrregião de Viçosa¹⁰. (figura 2)

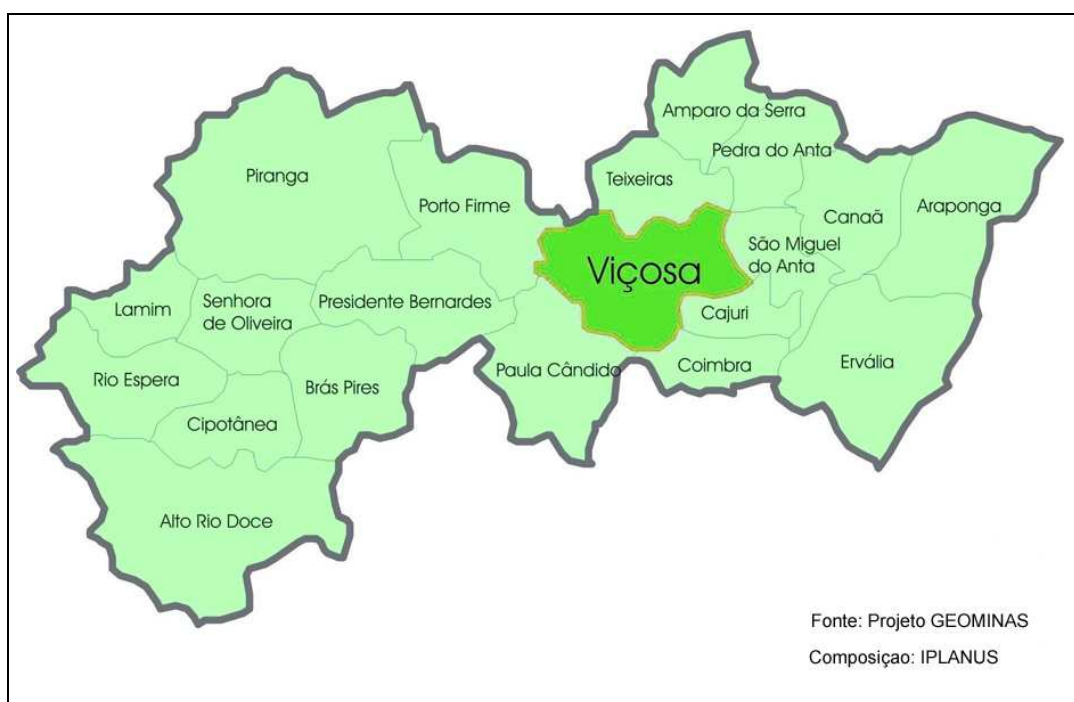


Figura 2 - Cidades pertencentes à microrregião de Viçosa (MG)

Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa, 2008. Disponível em: < <http://www.vicosamg.gov.br/> >

E ainda, cabe destacar que dos 58,5% naturais de outras cidades, 13,5% não moram na cidade de Viçosa, e sim em cidades próximas, se apropriando do espaço do comércio informal, principalmente as feiras, para complementar a renda familiar. Na tabela abaixo podem ser observadas, as cidades natais dos comerciantes que estão inseridas na microrregião de Viçosa.

¹⁰ A microrregião de Viçosa é pertencente a Mesorregião da Zona da Mata Mineira, sendo constituída de vinte municípios que ocupam uma área de 4.826, 137 Km²

Tabela 5 - Cidades natais dos comerciantes informais localizadas na microrregião de Viçosa (MG).

Microrregião de Viçosa	Nº de pessoas (%)
Araponga	9
Cajuri	11
Canaã	9
Coimbra	25
Ervália	6
Paula Cândido	4
Pedra do Anta	9
Porto Firme	11
São Miguel do Anta	6
Teixeiras	10,5

Fonte: pesquisa 2007. Org. Juliana Lopes Lelis (2008)

Também há comerciantes oriundos de microrregiões vizinhas, especificamente dos municípios de Rodeiro, Visconde do Rio Branco, Guiricema e Ubá (microrregião de Ubá), e de Guaraciaba, Jequeri, Raul Soares, Rio Casca e Ponte Nova (microrregião de Ponte Nova). Os comerciantes oriundos do primeiro grupo de municípios equivalem a 6,5% do total e os originários do segundo a 19%.

O número considerável de comerciantes naturais de cidades vizinhas à Viçosa se explica, muitas vezes, pela necessidade que moradores de cidades locais ou pequenas cidades têm de conseguirem um emprego ou uma ocupação para sobreviverem ou mesmo complementar a sua renda. Assim, as cidades médias, sub-centros regionais ou as cidades que possuem uma dinâmica econômica maior, são as escolhidas.

Os comerciantes informais provenientes de outras cidades, a maior parte (52,5%) tem entre 10 a 30 anos de moradia na cidade, 20% de 1 a 9 anos e 17% residem a mais de 40 anos na cidade.

É interessante destacar que dos comerciantes naturais de Viçosa, 90% nunca moraram em outra cidade. Já os oriundos de outras cidades, 16,5% moraram em cidades próximas a Viçosa e 20,5% moraram em cidades distantes, com destaque para as metrópoles nacionais (São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro). Como destaca Meles e Teles (2002), nas últimas décadas essas cidades foram palco de muitas migrações, devido à busca dos trabalhadores por melhores condições de vida. No entanto, devido a fatores como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, esses trabalhadores retornam para as pequenas e médias cidades em busca novamente de melhores condições de vida.

A cidade de Viçosa, como já foi destacada nesse trabalho, detém uma importante influência nas cidades vizinhas. Devido à ampliação da cidade, principalmente por ocasião a expansão da UFV, essa atração tende a aumentar, o que provavelmente resultará num intenso processo migratório. Entretanto, seguindo a lógica econômica, nem todos os migrantes conseguirão empregos no mercado formal, o que acarretará uma busca pela informalidade. Desse modo, Furtado (2004) enfatiza que a tendência das atividades informais no Brasil é aumentar, principalmente em decorrência da situação econômica vivida pela população brasileira.

Com relação ao nível de escolaridade, 29,5% dos comerciantes completaram o ensino médio e 26% o ensino fundamental e apenas 3% o ensino superior. Há aqueles que não completaram os ensinos fundamental, médio e superior, e ainda há aqueles que realizaram curso técnico, analfabetos e ainda estão estudando. Ao comparar a diferença de nível de escolaridade em relação ao sexo, tem-se que a maior porcentagem de mulheres não completou o ensino fundamental (23.5%); porém há uma considerável porcentagem que completou o ensino

fundamental (15.5%), médio (13%) e superior (1.5%). Os homens, também se destacam como trabalhadores que não completaram o ensino fundamental (19%), havendo 20% que completaram o ensino fundamental, 25% o ensino médio e 4% o curso superior. Diante desses dados, observa-se que os homens possuem um maior nível de escolaridade em relação às mulheres.

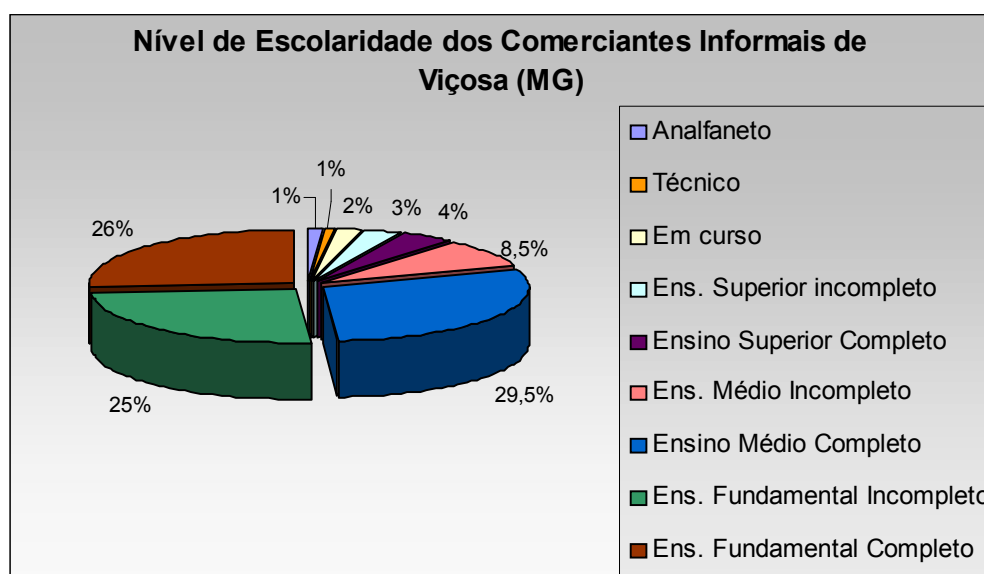


Figura 3 – Nível de escolaridade dos comerciantes informais de Viçosa
 Fonte: pesquisa 2007. Org. Juliana Lopes Lelis (2008)

Em relação ao nível de escolaridade dos comerciantes informais da cidade de Viçosa, a área que possui trabalhadores com maior nível de instrução é a feira de artesanato, sendo que 36% completaram o ensino médio e 28% o ensino superior, e apenas 8% não possuem o ensino fundamental. Já os comerciantes da feira livre e os ambulantes possuem nível de escolaridade intermediária. No que se refere aos comerciantes da feira livre, 54.5% não completaram o ensino fundamental, entretanto há uma porcentagem considerável de comerciantes que concluíram o ensino médio (19%). Da mesma maneira, os ambulantes, em sua maioria, não completaram o ensino fundamental (50%), mas há 28,5% de seus trabalhadores que concluíram o ensino médio.

Já no nível de escolaridade dos comerciantes do Shopping Chequer observa-se uma discrepância, pois ao mesmo tempo em que 53% dos comerciantes concluíram o ensino médio, 30% estudaram até a 4ª série do ensino fundamental. Contudo, destaca-se que os trabalhadores com maior nível de escolaridade estão inseridos na feira de artesanato e os trabalhadores com os menores níveis se encontram no Shopping Chequer.

No que se refere à idade, a maioria dos comerciantes tem entre 20 a 60 anos (85%), sendo importante destacar o número de idosos - acima de 60 anos (11%). Em relação a cada área do comércio informal, no Shopping Chequer concentram-se comerciantes que possuem idade entre 21- 40 anos. Os comerciantes da feira de artesanato e os ambulantes, em sua maior parte, se encontram acima de 40 anos. Já na feira livre encontram-se trabalhadores de diferentes idades, com destaque para aqueles que possuem mais de 40 anos (42%) e menos de 20 anos (25%). Na tabela a seguir pode-se observar a porcentagem de comerciantes informais por sexo em relação à idade.

Tabela 06 - Idade dos Comerciantes informais de Viçosa (MG).

Idade	Sexo (%)	
	Homens	Mulheres
1- 20	1	3,5
20-30	6,5	7
31-40	13,5	15,5
41-50	12,5	13,5
51-60	9,5	10,5
61-80	2	5

Fonte: pesquisa 2007. Org. Juliana Lopes Lelis (2008)

Estes dados confirmam a afirmação de Carvalho (1989), ao relatar que a atividade informal é exercida não somente por pessoas, que pela idade ou sexo, possuem dificuldade de entrar no mercado formal, mas, também por parte da população que teoricamente teria mais facilidade de ingresso no mercado de trabalho formal, como aqueles que têm idade intermediária. Desse modo, conclui-se que as atividades informais e em destaque o comércio informal, não são somente caracterizados por trabalhadores que estão aquém das exigências do mercado, mas sim por diferentes perfis de trabalhadores.

5.2. A Espacialização e localização do Comércio Informal em Viçosa (MG)

Em Viçosa (MG), observa-se a presença dos comerciantes informais na área central da cidade, que inseriram no espaço urbano viçosense uma nova dinâmica espacial, principalmente por estarem localizados em pontos fixos, temporários e ocasionais que ocupam os principais

espaços de circulação de pessoas transformando-os em espaços privados. Para Kitamura, Ribeiro Filho e Miranda (2007, p. 21):

A reestruturação urbana que envolve a cidade nos dias atuais vista sob o prisma da centralidade, apresenta novas formas e funções que conferem valores diferenciados à paisagem urbana, principalmente no que se refere ao uso e ocupação do solo.

Segundo Bertolucci (1996), as áreas centrais das cidades são atrativas devido a grande circulação de pessoas. Cleps (2003), ao analisar a ocupação do comércio informal nas áreas centrais das cidades brasileiras, se referiu aos espaços informais originados no entorno de pontos de comércio formal de “espaço bolha”. De acordo com a autora esse espaço tende a ser absorvido e incorporado pelos habitantes das cidades, pois se torna parte do cotidiano urbano.

Em Viçosa, a localização dos pontos de comércio informal é decorrente do fluxo de pessoas que transita na área central, já que o centro da cidade se destaca pela presença de grandes lojas comerciais, da sede do poder administrativo e, ainda, dos estabelecimentos do setor financeiro (bancos).

Essa localização e espacialização dos comerciantes informais sejam pontos fixos ou temporários (re)organizam a dinâmica dos espaços na área central, que devido a esses são adaptados, com a diminuição dos espaços para livre circulação e a criação de espaços que já se tornaram pontos tradicionais e simbólicos de compras para a população viçosense, sejam estes fixos ou temporários, como o Shopping Chequer e as feiras Livre e de Artesanato. Os principais fixos que atraem o fluxo de população para a área central e a localização dos pontos fixos podem ser observados na figura (04) e no mapa (01) a seguir.

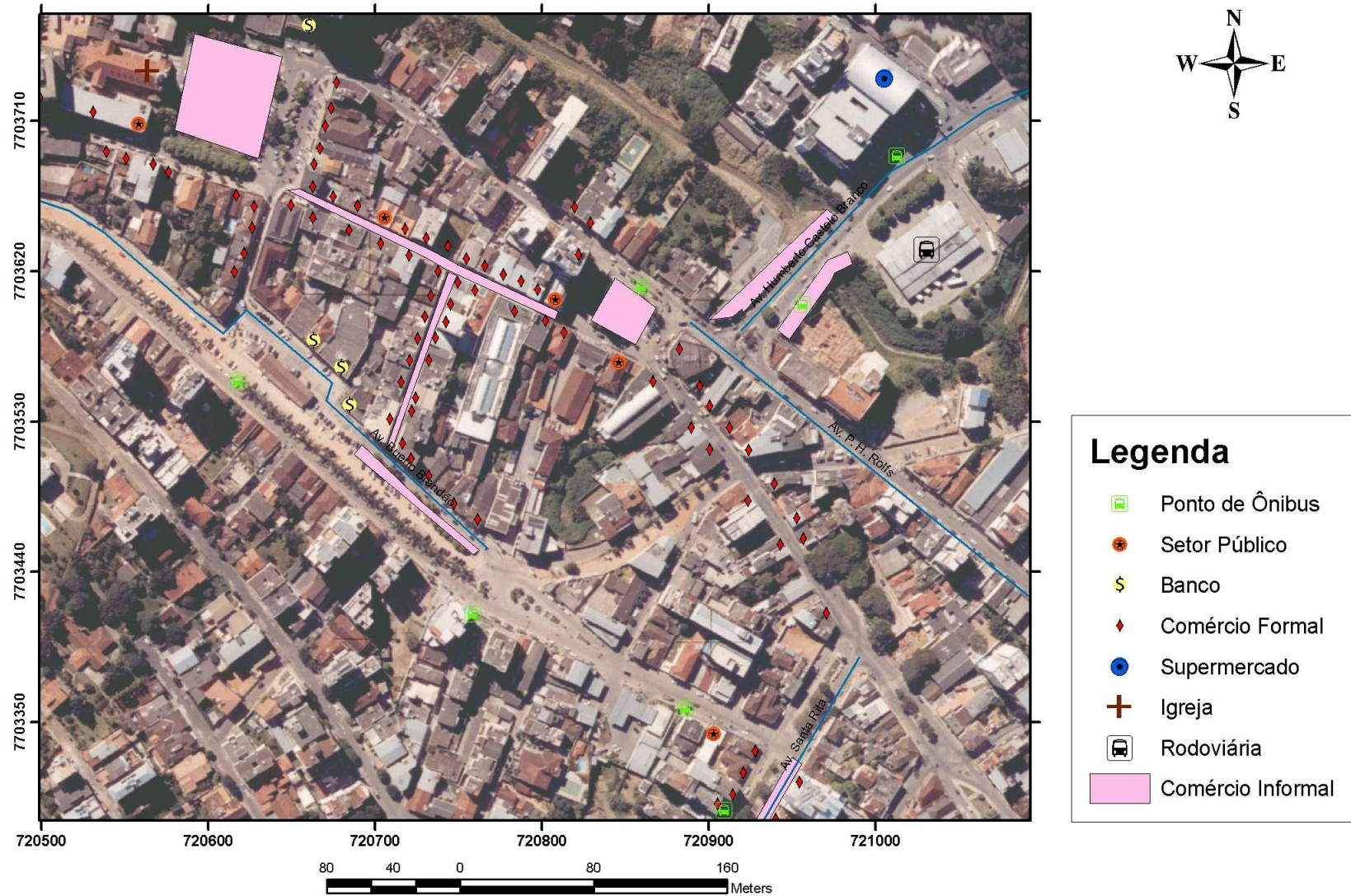


Figura 4 – Fixos que atraem a localização do comércio informal.
 Fonte: MENDONÇA, P. et al (2008)

Espacialização do Comércio Informal no Centro de Viçosa (MG) em 2007

720400 720600 720800 721000

Vereda Bosque

RUA DR. MILTON BARBEIRA

RUA A. DORRIS

AV. CARLOS BRAGA

PRACA DO ROSARIO

RUA S. VAZ DE MELO

TRAV. TIAN

RUA VIRGILIO VAL

PRACA SE. LUIZ BRANDAO

RUA BENJAMIM ARAUJO

TRAV. LISBOA

RUA ARTHUR BERNARDES

TRAV. S. CORACOES

AV. BUENO BRANDAO

TRAV. SANTA RITA

AV. P. H. ROUS

RUA PADRE BENEFIM

RUA COELHO BARBOSA

TRAV. L. MEGALE

AV. SANTA RITA

Bela Vista

Ramos

Lourdes

Maria Eugenia

7703600 7703400 7703200 7703000

100 0 100 200 m

Escala Numérica
1:17000

Escala Gráfica

500 0 500 1000m

Legenda

- Delimitação da Área de Estudo
- Ruas
- Localização dos Pontos
- Área Central
- Bairros Vizinhos

Produzido por:
 Juliana Lopes Lelis
 Eduardo H. M. de Moraes
 Marcelo de S. Cerqueira
 LAB GEO - DPS/UFV

Base Cartográfica:
 LAB GEO - DPS/UFV

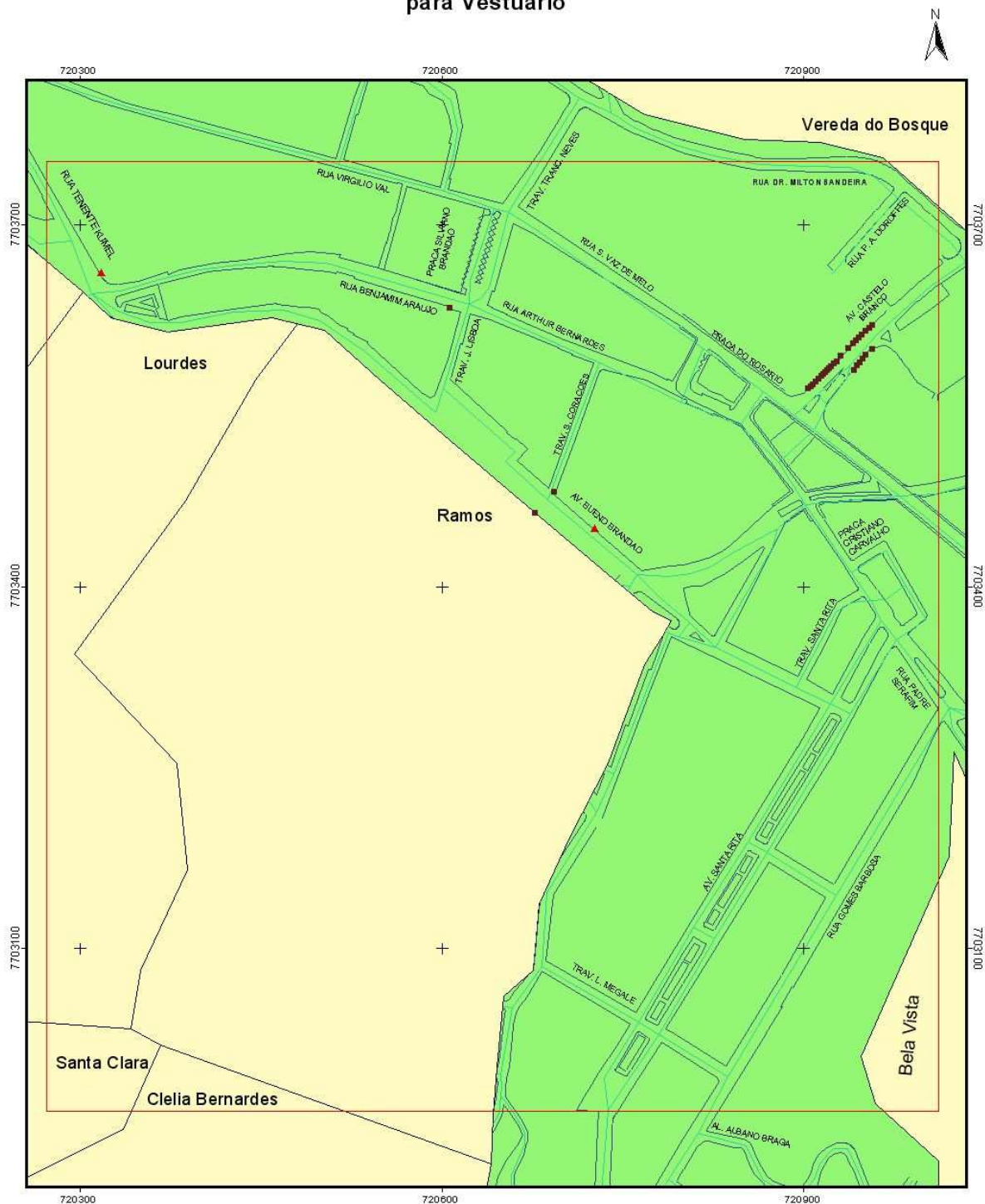
Como são observados no mapa, os pontos fixos encontram-se distribuídos por toda área central, sendo localizados principalmente na Avenida Marechal Castelo Branco, Praça do Rosário, Praça Silviano Brandão, Rua Arthur Bernardes (calçadão), Travessa Três Corações (calçadinho) e Avenida Bueno Brandão. E os temporários que se encontram, em sua maioria, no calçadão, calçadinho e Praça Silviano Brandão.

A espacialidade desses pontos revela uma distribuição de acordo com os produtos comercializados. Na Avenida Marechal Castelo Branco encontra-se na sua maioria estabelecimentos no setor de vestuários, já nas praças Artur Bernardes e do Rosário destaca-se os produtos de gênero alimentícios e artesanais. Já os demais tipos, eletrônicos, bancas de jornal, dentre outros, não possuem um local de concentração, podendo ser encontrados em toda a área central.

Ainda cabe ser ressaltado que os pontos de comércio informal que comercializam produtos de vestuário se caracterizam pela presença majoritariamente de pontos fixos. Já os comércios informais destinados à venda de produtos do gênero alimentício se equilibram no que se refere à mobilidade do ponto de trabalho, sendo que há uma pequena predominância de pontos fixos. Os outros comércios que vendem eletrônicos, brinquedo e as bancas de jornal e revistas também se destacam pela presença de pontos fixos no espaço urbano viçosense, sendo que apenas os produtos artesanais são comercializados, na sua maioria, em pontos temporários.

A seguir, podem ser observados nos mapas 2, 3 e 4, essa espacialização dos pontos fixos e temporários e mercadorias comercializadas em relação às áreas ocupadas pela atividade informal.

Espacialização do Comércio Informal no Centro da Cidade de Viçosa (MG) em 2007, para Vestuário



Legenda

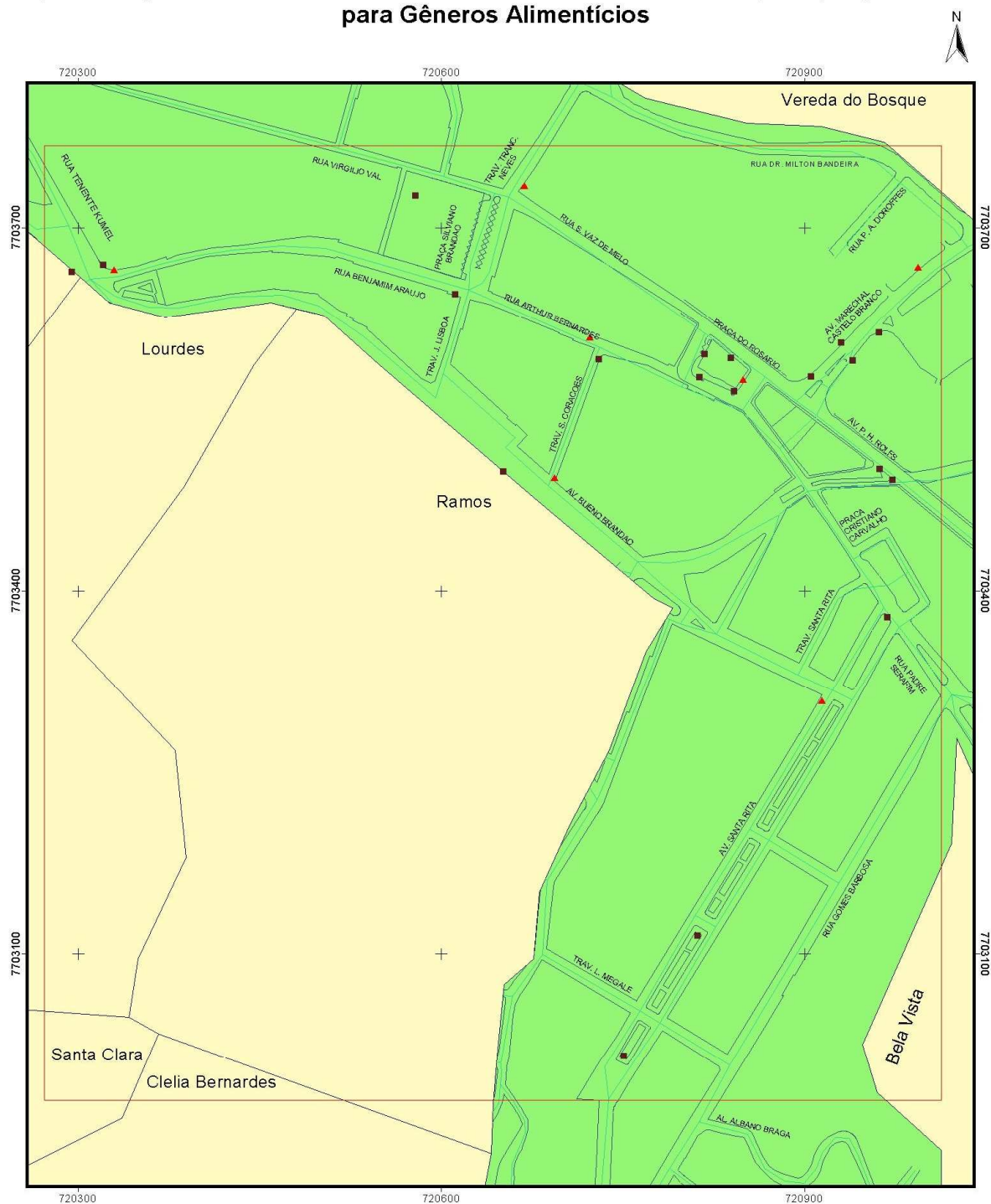
- ▲ Pontos Temporários
- Pontos Fixos
- Delimitação da Área de Estudo
- Ruas
- Área Central
- Bairros Vizinhas

Escala Numérica
1:3000
Escala Gráfica
30 0 30 60 Metros

Produzido por:
Juliana Lopes Lelis
Eduardo H. M. de Moraes
Marcelo de S. Cerqueira
LABGEO - DPS/UFV

Base Cartográfica:
LABGEO - DPS/UFV

Espacialização do Comércio Informal no Centro da Cidade de Viçosa (MG) em 2007, para Gêneros Alimentícios



Legenda

- ▲ Pontos Temporários
- Pontos Fixos
- Delimitação da Área de Estudo
- Ruas
- Área Central
- Bairros Vizinhos

Escala Numérica

1:3000

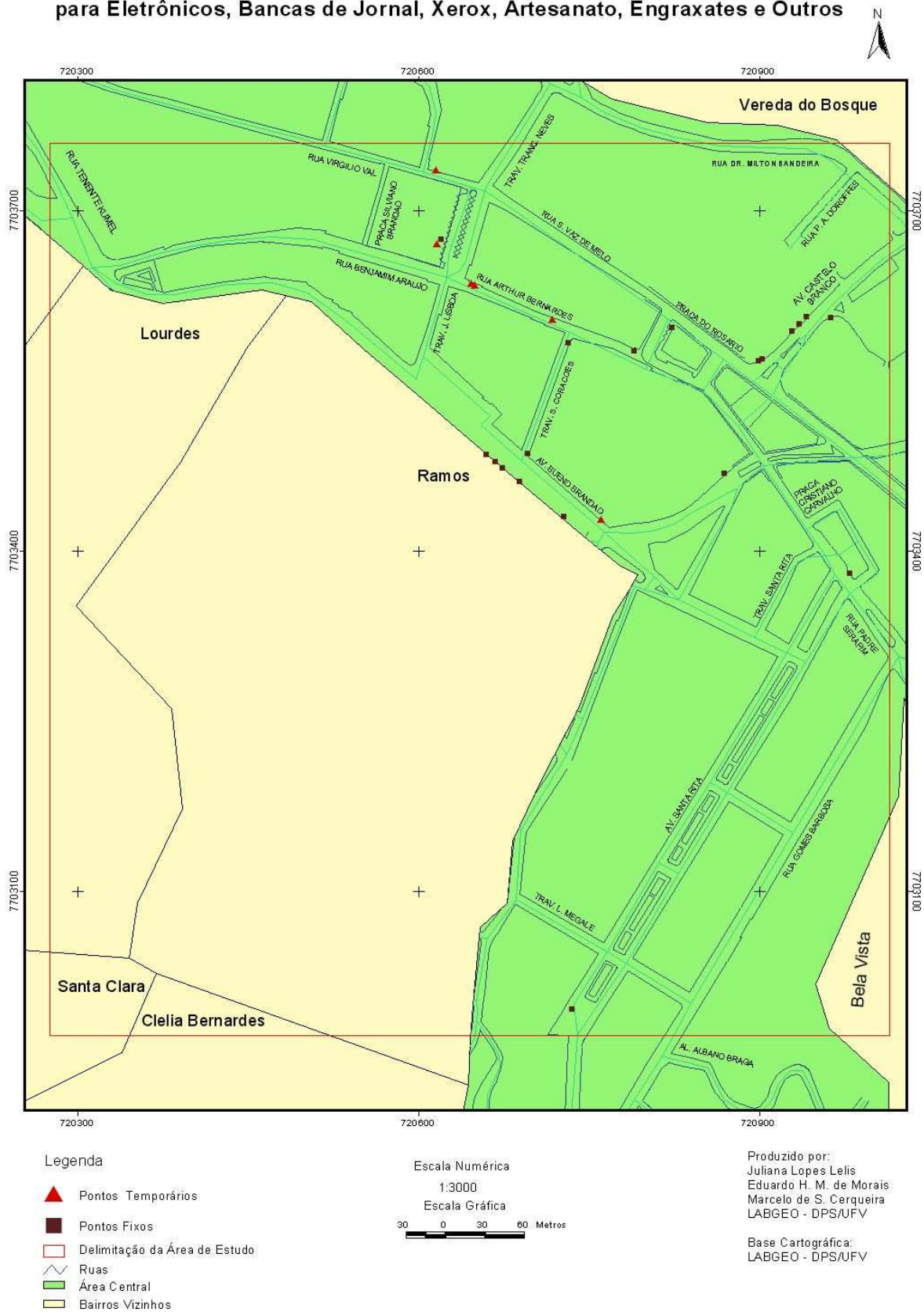
Escala Gráfica



Produzido por:
Juliana Lopes Leis
Eduardo H. M. de Moraes
Marcelo de S. Cerqueira
LABGEO - DPS/UFV

Base Cartográfica:
LABGEO - DPS/UFV

Espacialização do Comércio Informal no Centro da Cidade de Viçosa (MG) em 2007, para Eletrônicos, Bancas de Jornal, Xerox, Artesanato, Engraxates e Outros



Outro aspecto que influencia na organização espacial da área central da cidade é a rotina dos trabalhadores, uma vez que alguns trabalham todos os dias da semana, outros apenas um dia (feira livre e feira de artesanato), e ainda há aqueles que trabalham em apenas um período do dia (manhã, tarde ou noite), como os trailers, cachorro quente, vendedores de bombons e doces. Dessa maneira, a rotina dos pedestres, o trânsito, o comércio formal são diretamente influenciados.

Além disso, essa flexibilidade de horários permite que os espaços ocupados pela atividade informal exerçam diferentes funções em decorrência das suas variadas ocupações. Um exemplo deste aspecto é a utilização do Shopping Chequer por ambulantes no período noturno (tempo em que as lojas se encontram fechadas), como também as áreas que são ocupadas pelas feiras, em que durante os dias da semana são ocupados por diferentes tipos de ambulantes.



Figura 9 e 10 - Diferente ocupação do Shopping Chequer durante o período do dia e noite
Autor: Juliana Lopes Lelis (2008)

Assim, com a intensificação da ocupação das atividades informais na área central da cidade, a administração municipal se depara com a necessidade de se pensar essa ocupação, de

modo que ela não atrapalhe a circulação das pessoas, como também não prejudique os comerciantes formais.

Segundo a administração local, as áreas mais problemáticas referentes à localização dos comerciantes são: a Rua Arthur Bernardes (Calçadão), Travessa Sagrado Coração (Calçadinho), Praça do Rosário e Praça Silviano Brandão, pois além do número de comerciantes concentrados em um espaço restrito, essas também são as áreas mais ocupadas sem autorização da prefeitura. Para os representantes do governo local entrevistados, o Shopping Chequer é um caso a parte, pois já é uma área estruturada, em que muitas das “lojas” registraram o seu estabelecimento e muitas ainda visam o registro legal.

Assim, diante da importância dos espaços que são ocupados pela atividade informal, cabe maiores informações e discussões dos espaços que ao longo do tempo tornaram locais específicos do comércio informal na cidade de Viçosa, como o Shopping Chequer, Feira de Artesanato e a Feira livre.

5.2.1. Shopping Chequer: um símbolo do comércio informal e popular da cidade de Viçosa.

O Shopping Chequer surgiu à cerca de vinte anos na administração do prefeito José Américo, porém seu crescimento e popularização aconteceram na administração de Antônio Chequer. Segundo um dos primeiros comerciantes, a área ocupada foi cedida pelo ex-prefeito da cidade de Viçosa Antônio Chequer ¹¹, que fez a doação do terreno com o intuito de ajudar aqueles que não possuíam emprego. Cabe destacar que a área doada não era de propriedade da Prefeitura Municipal, mas sim propriedade do governo estadual de Minas Gerais, sendo uma área destinada à circulação de pessoas. No início, o espaço era ocupado por apenas sete barracas. Entretanto, com o passar do tempo, através de concessões do poder municipal, como também

¹¹ Informação obtida por meio de entrevistas realizadas em novembro de 2007

ocupações ilegais, aumentou-se o número de comerciantes na área, até que todo o espaço foi ocupado.

O Shopping Chequer está localizado na Avenida Marechal Castelo Branco ocupando uma área, que do lado direito se estende do estacionamento do supermercado Bahamas até a esquina com a Praça do Rosário e do lado esquerdo, da rodoviária à Avenida P.H.Rolfs. Com um total de trinta e quatro barracas, é uma área muito freqüentada pela população viçosense e da região, principalmente pelas suas mercadorias variadas, com preços menores do que as do comércio formal e também devido a sua localização na área central e num eixo de grande fluxo, próximo a três pontos de transporte coletivo urbano e da rodoviária de linhas intermunicipais e interestaduais, o que permite um acesso fácil para a população.

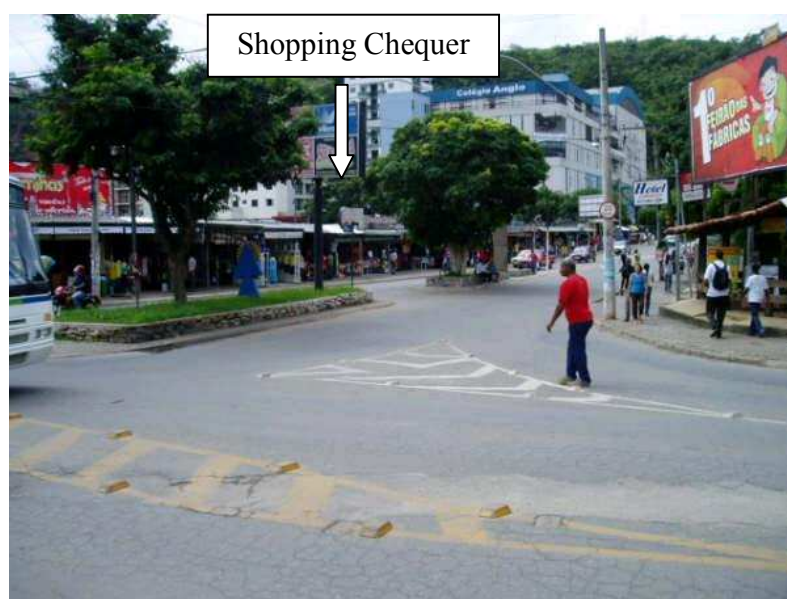


Figura 11- Vista parcial do Shopping Chequer
Autor: Juliana Lopes Lelis (2008)

O seu funcionamento acompanha o horário dos estabelecimentos formais, entretanto, há algumas exceções, como os “estabelecimentos” que permanecem abertos além dos horários

comerciais, ou seja, posteriormente às dezenove horas durante os dias da semana, após as treze horas nos dias de sábado e ainda aqueles que abrem aos domingos.

A oferta de mercadorias comercializadas nesse espaço é variada, entretanto há a predominância de produtos de vestuário, principalmente roupas. Ao todo são dezenove barracas que comercializam produtos de vestuário, nove que comercializam diferentes mercadorias, como roupas, eletrônicos e artigos para presente e ainda há outros tipos de barracas, como a de caldo de cana e a banca de revista.

Devido à localização do Shopping Chequer, a procura por pontos comerciais nesse local é grande, criando um mercado de venda e aluguéis na área, o que resulta a uma crescente especulação dos preços dos pontos e aluguéis. Um aspecto que contribui para essa procura é a proibição de construção de novas barracas na área, uma vez que não há mais espaço. Contudo, cabe ser destacado que a especulação “dos pontos” é praticada de forma ilegal, pois essa é uma área pública.

Segundo o chefe de fiscalização da Prefeitura, a ocupação da área é ilegal porque a sua propriedade, por se tratar de uma rodovia, é pertencente ao estado. Além disto, é uma APP (Área de Preservação Permanente), pois se encontra a menos de trinta metros do ribeirão São Bartolomeu.

Devido à localização privilegiada na área central da cidade, uma imobiliária de Viçosa (MG), a imobiliária Chequer, deseja construir no seu lado esquerdo, próximo a Avenida P. H. Rolfs, um prédio misto que irá possuir no térreo, uma galeria. Assim, além de construir o prédio em uma ótima localização, a imobiliária Chequer também aproveitará o fluxo de pessoas que consomem os produtos do Shopping Chequer. A respeito dessa obra, alguns comerciantes informais alegaram ser a favor, uma vez que o Shopping Chequer será valorizado com a presença de uma galeria na sua área.

Os comerciantes desta área que não possuem suas lojas registradas pagam uma taxa mensal de ocupação de vias públicas para a prefeitura (R\$ 6,85 por m²), já que a área ocupada é um local para a circulação de pessoas e pertencente ao governo estadual de Minas Gerais. Porém, nem todos pagam esta taxa, segundo reportagem do jornal Folha da Mata (2004), a inadimplência no Shopping Chequer chega a 80% das barracas.

Este local tornou-se uma referência e um símbolo do comércio informal e popular em Viçosa e, portanto alguns dos seus comerciantes não concordam caso fosse construída uma área específica para estes fins (os camelódromos), o que acontece em algumas cidades, como em Belo Horizonte. Os comerciantes entrevistados alegaram que não concordam, pois a localização é ótima devido à presença da rodoviária e por estar na chegada da cidade, além de toda a população já ter acostumado com este local.

Em relação aos comerciantes dessa área observa-se a presença de vários membros da mesma família trabalhando em estabelecimentos diferentes. Isso pode ser explicado, uma vez que alguns comerciantes iniciaram nessa atividade como empregado em estabelecimentos de membros da família, entretanto, com o passar, do tempo resolveram montar sua própria barraca no mesmo local.

Outro aspecto interessante a ser ressaltado no Shopping Chequer, é que alguns comerciantes estão adquirindo várias lojas nessa área proporcionando a criação de uma “rede de barracas”, se tornando “empresários”. Um exemplo deste fato pode ser observado através das lojas, Marcos Moda, Marcos Moda Júnior (figura 12), Marcos Moda Íntima (figura 13) e Bê-a-Ba do bebê, que são “estabelecimentos” de um único dono.



Figura 12 – Loja Marcos Moda Íntima no Shopping Chequer
 Autor: Juliana Lopes Lelis, 2008



Figura 13 - Loja Marcos Moda Júnior
 Autor: Juliana Lopes Lelis, 2008

Para que ocorra a administração dessas barracas, cada membro da família fica responsável pela administração de um estabelecimento. Entretanto, cabe ser ressaltado que essas

unidades não se baseiam, exclusivamente, em mão-de-obra familiar, pois possuem um grande número de funcionários.

Os estabelecimentos supracitados possuem características relacionadas à organização do trabalho e à estrutura do estabelecimento, que divergem das características da maior parte dos estabelecimentos informais, como estruturas pequenas revestidas por materiais precários e unidades voltadas para o sustento familiar. Segundo Melo e Teles (2002), os espaços de atividade informal estão se transformando em espaços similares aos estabelecimentos formais, principalmente no que se refere à sua unidade produtiva, pois muitos estão sendo despossuídos de algumas características da informalidade.

Diante disso, como aborda Camargo (2006), o comércio informal vem a cada dia aumentando sua influência na economia formal, sendo visto pelos pesquisadores não mais como atividades precárias e distantes da vida de todos, mas sim, como uma atividade presente no cotidiano das pessoas e que abrange uma diversidade de estabelecimentos, exercendo importante influência tanto na economia do país como na organização espacial das cidades.

5.2.2. Feira Livre e Feira de Artesanato: espaços de consumo, encontros e diversão

A feira livre e de artesanato são formas espaciais de comércio tradicionais na cidade, sendo realizadas apenas aos sábados. Por se tratarem de uma atividade que se realiza em apenas um dia da semana são classificadas como atividades comerciais periódicas, possuindo suas particularidades e dinâmicas específicas.

A feira de artesanato localizada na Praça Silviano Brandão conta com 25 barracas, que são isentas da taxa de ocupação de vias públicas, cobrada pela prefeitura, uma vez que comercializam produtos de artesanato. Surgiu a partir da criação da ADAPAC (Associação de Artesãos e Produtores de Alimentos Caseiros da região de Viçosa/MG) em 16 de fevereiro de

1993. Sendo reconhecida como utilidade pública em 29 de junho de 1996, através de lei municipal (Lei 1130/96).



Figura 14 – Vista parcial da Feira de artesanato
Autor: Juliana L. Lelis, 2008.

A ADAPAC surgiu com a finalidade principal de propiciar ajuda para seus associados na comercialização de seus produtos e na aquisição de matérias-primas. E também para contribuir na consolidação e divulgação da feira na cidade de Viçosa e região, uma vez que essa se realizava esporadicamente. A realização da feira se resumia a pequenas iniciativas, como no dia 22 de maio, dia da Padroeira, que um reduzido número de artesãos se reuniam na Praça Silviano Brandão a pedido da Casa da Cultura, e a outras feiras organizadas pela Divisão de Assuntos Culturais (DAC), no campus da Universidade Federal de Viçosa, geralmente na Semana do Fazendeiro. Diante disso, os artesãos viram a necessidade do funcionamento da feira semanalmente, e, para isso decidiram elaborar um estudo de viabilidade do funcionamento da feira semanalmente, bem como verificar o apoio de entidades e instituições locais à sua

realização. Para tanto, foram consultadas a Prefeitura, a Emater e a Divisão de Cultura da UFV. Após o estudo, concluíram que além de viável a realização da feira semanalmente, esta era também um desejo das instituições e da sociedade.

Segundo um dos sócios fundadores da ADAPAC, a associação integra e participa de inúmeros eventos, mostras, exposições e feiras não apenas na microrregião de Viçosa, mas também em diferentes cidades do Estado de Minas Gerais. Além de eventos locais, como feira artesanal natalina, feiras semanais, participação de exposições, Semana do Fazendeiro, vendas de artesanato no Campus da UFV e Feira Agropecuária, etc.

Cabe destacar que dentre os espaços ocupados pelo comércio informal, a feira de artesanato é o local que possui maior articulação e organização coletiva, uma vez que a associação luta em prol de melhores condições de trabalho e dos objetivos da classe envolvida. Em relação a essas organizações dos trabalhadores informais a nível nacional, Carvalho (1989) destaca:

O processo de organização dos comerciantes de rua delinea-se em defesa dos espaços públicos de comercialização. As estratégias de organizações desenvolvem-se também em torno do acesso a políticas de padronização e legalização da atividade. (CARVALHO, 1989, p.37)

Já a feira livre teve o seu início há aproximadamente quarenta anos atrás (1967), na administração do prefeito Geraldo Lopes de Faria. Para a sua criação houve apoio da Prefeitura Municipal de Viçosa, Emater, Epamig e UFV que na época se chamava Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). A criação desse espaço de comércio e circulação teve como motivação a ausência de legumes e verduras no comércio local, uma vez que estes produtos eram provenientes de outros municípios. Tamanho era a necessidade desses produtos que, segundo relato de um feirante, no primeiro dia da feira as mercadorias foram vendidas rapidamente.

No início, a feira era realizada na Praça Silviano Brandão com apenas cinco feirantes que contaram com o apoio da Prefeitura, que forneceu as barracas, além de montá-las e desmontá-las. Porém, com o passar do tempo, os comerciantes locais (mercados) começaram a pressionar os feirantes, devido à concorrência, já que os produtos eram mais baratos. Mediante a pressão dos comerciantes formais, após quatro anos do seu início, a feira foi cancelada.

Oliven (1984) em seu livro sobre a urbanização no Brasil destaca que as atividades do comércio informal são constantemente palco de repressões por parte de comerciantes formais que não concordam com a concorrência “desleal” às suas mercadorias. Essa fato relatado pelo autor em âmbito macroescalar ocorreu, também, com os feirantes na cidade de Viçosa.

Após o encerramento, os feirantes se uniram e organizaram uma cooperativa que comercializava os produtos, porém novamente com a pressão do comércio local e à concorrência, a cooperativa encerrou as atividades. Depois de dois anos, a pedido dos consumidores e novamente apoiados pela Emater, a feira retornou suas atividades na Praça Silviano Brandão, naquele momento com mais de trinta feirantes.

No mandato do prefeito José Américo Garcia, a feira foi transferida para a av. Santa Rita, local que permanece até hoje. Segundo um dos primeiros feirantes entrevistados, naquela época eles não queriam sair da Praça Silviano Brandão, porém não tiveram outra alternativa. Com esta mudança, a feira teve o seu número de barracas ampliadas, o que exigiu um maior controle.

Atualmente, a feira (figura 15) conta com aproximadamente 170 feirantes com atividades variadas, desde os tradicionais vendedores ou agricultores que comercializam hortifrutigranjeiros até comerciantes de CD's, DVD's, roupas industrializadas, sapatos, brinquedos, doces e comidas.



Figura 15 – Vista panorâmica da Feira Livre
Autor: Juliana Lopes Lelis, 2008

Como já descrito neste trabalho, a feira livre é dividida e organizada pela Prefeitura Municipal segundo os produtos comercializados: derivados, industrializados, hortifrutigranjeiros, artesanato e comida. Todos os produtos são fiscalizados pela vigilância sanitária da cidade. Segundo a Secretária Municipal da Fazenda, a prefeitura busca unir no espaço da feira as barracas que comercializam o mesmo tipo de produto, entretanto, ela alega que é muito difícil, uma vez que muitos pontos são antigos e estão misturados em relação aos produtos, além da constante ocupação ilegal dos pontos. Na figura a seguir (figura 16) pode ser observada a forma como a prefeitura organiza a feira livre.

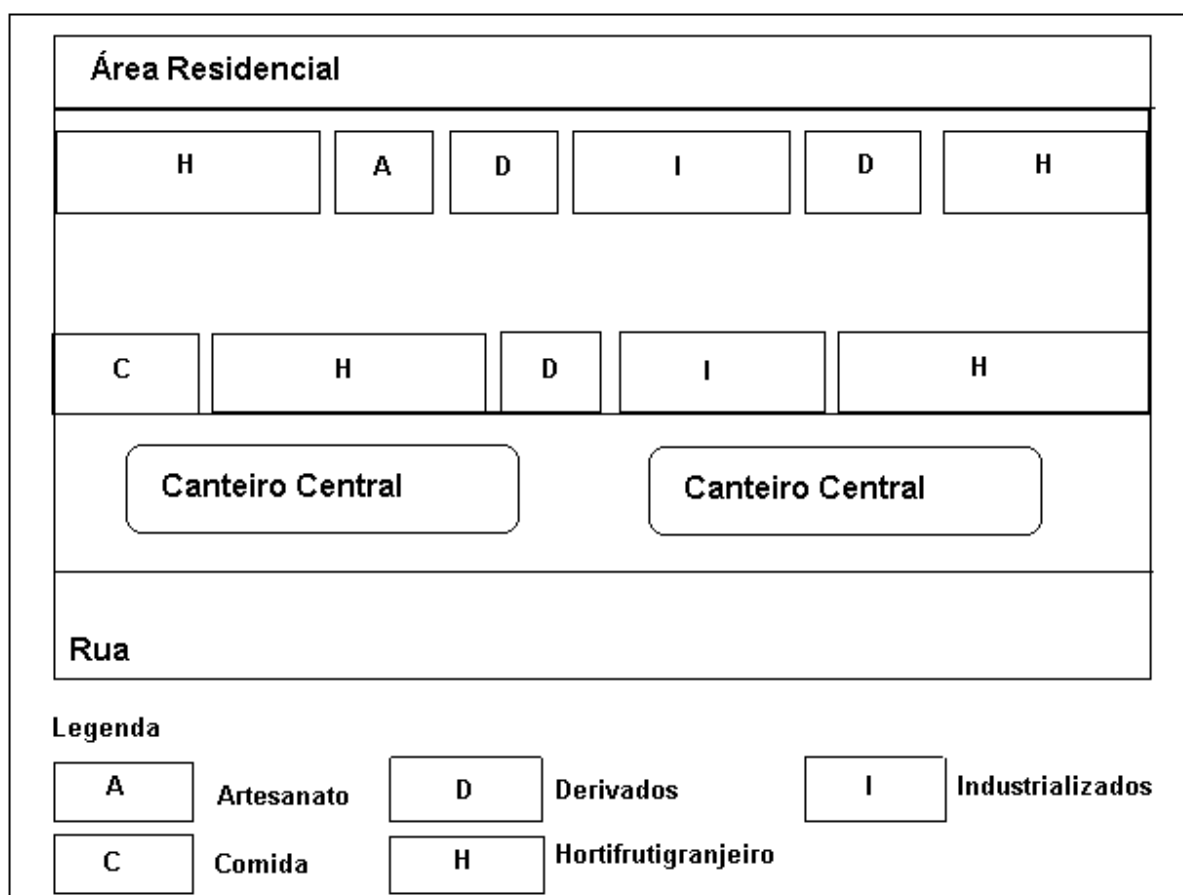


Figura 16 – Divisão da feira livre realizada pela Prefeitura de acordo com os produtos comercializados.
 Autora: Juliana Lopes Lelis, 2008

Como já citado, essa organização proposta pela prefeitura não é seguida, principalmente pela presença crescente de comerciantes não registrados, sendo que na realidade apenas os produtos industrializados possuem uma organização no interior da feira. Nas figuras 17 e 18, pode-se observar algumas barracas que vendem produtos industrializados.



Figura 17 e 18 – Produtos industrializados comercializados na feira livre

Os produtos de hortifrutigranjeiros (figura 19) e derivados (figura 20) podem ser encontrados por toda a extensão da feira.



Figura 19 e 20 – Produtos hortifrutigranjeiros e derivados comercializados na feira

Já os produtos artesanais e comidas se encontram em menores quantidades, distribuídos aleatoriamente ou agrupados nos espaços indicados pela prefeitura, como as barracas que vendem pastel e caldo de cana (figura 21)



Figura 21 – Barraca de pastel e caldo de cana – localizada na Feira Livre de Viçosa

Os feirantes também pagam para a prefeitura a taxa de ocupação de vias públicas (R\$ 6,85 por módulo ocupado), entretanto, de acordo com o chefe de fiscalização, a maioria dos feirantes não pagam a taxa. A respeito desta questão, um feirante disse que não faz o pagamento da taxa porque outros comerciantes também não pagam, além de saber que não receberá melhorias na estrutura da feira com este pagamento.

Os pontos da feira são concedidos através de um pedido realizado junto ao departamento de fiscalização. Segundo o chefe de fiscalização, para ser aceito o pedido, o comerciante deve comprovar que é um proprietário rural e nos outros casos mostrar o seu objetivo ao adquirir um ponto de comercialização. Porém, o que se observa, é que muitos dos comerciantes que possuem a concessão para comercializar produtos hortifrutigranjeiros na feira livre passam a comercializar outros tipos de produtos, ou cedem o seu ponto para outra pessoa. No espaço da feira há muita ocupação ilegal e, de acordo com a fiscalização, a situação é difícil de ser controlada mesmo com a sua presença todos os sábados.

Dessa maneira, observa-se que o espaço criado para a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, atualmente mesmo com um número considerável de barracas que comercializam esses produtos, a feira está se descaracterizando tornando-se um espaço ocupado por vendedores de produtos industrializados e eletrônicos. No total, existem oito barracas que comercializam comida, sete de artesanato, 94 de hortifrutigranjeiros, 41 de industrializados e 17 de derivados.

Com essa variedade de mercadorias, é um local muito freqüentado pela população viçosense nas manhãs de sábados, tornando-se um *locus* de encontro, comércio e diversão e, por outro lado, um motivo de conflito entre os moradores vizinhos e inúmeros motoristas que vêm na feira, um empecilho ao tráfego.

Mediante o aumento do número de feirantes e os conflitos gerados pela realização da feira e, segundo a administração municipal, com objetivo de ajudar a todos os envolvidos (moradores, feirantes, consumidores e prefeitura), o governo local irá construir uma área específica para a sua realização (figuras 22 e 23), próxima ao Colégio Viçosa, a cerca de 500 metros do local atual que ocupará a área em frente ao fórum da cidade se estendendo até o espaço atrás da policlínica. Ainda, segundo os representantes do governo local, o espaço será construído para permitir o conforto de todos, com praça de alimentação, estrutura fixa para todos os feirantes, banheiros, bebedouros, um local para guardar os equipamentos e ainda uma área reservada para a atividade industrial.

De acordo com uma reportagem do jornal “O Regional” sobre a realização desse projeto, o atual prefeito, assinou em 1º de novembro do ano de 2007, o acordo com a Secretaria de Estado e Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com financiamento de R\$ 230 mil reais para a construção do espaço.



Figura 22 e 23 – Obras do novo espaço para a Feira Livre – Viçosa (MG)
 Autor: Juliana Lopes Lelis, 2008

Entretanto, alguns comerciantes da feira não aprovam essa iniciativa, apenas 55,5% dos feirantes entrevistados concordaram em transferir a feira para este local. Os 24,5% que são contrários à mudança alegaram que a feira já possui uma “identidade” na Avenida Santa Rita, além do espaço proposto ser distante do centro. Já os que concordam dizem que se realmente o local for estruturado será melhor para eles, devido à estrutura física ser mais confortável para o consumidor ao realizar suas compras. Houve também 20% que ficaram em dúvida, já que não sabem como será esta estrutura de fato.

Em algumas cidades brasileiras tornou-se comum a criação de uma área específica para abrigar o comércio informal, espalhados pelas ruas centrais da cidade. Estes espaços recebem diferentes denominações como “camelódromos” e, até mesmo, “shopping popular”. Um exemplo da criação destes espaços pode ser observada na cidade de Belo Horizonte. Segundo Klechen et al (2004), na cidade de Belo Horizonte a pressão de comerciantes formais e de parte da população que circulava com frequência pelo centro da cidade foram fatores significativos para a retirada dos ambulantes. Para acomodá-los foram criados os chamados “shoppings populares”: Tupinambás com 767 trabalhadores informais; Oiapoque com 650; Caetés com 295; e Xavantes com 293.

Entretanto, a obra para alocar a feira livre na cidade de Viçosa, não pode ser considerada como um shopping popular, pois possuirá uma dinâmica diferenciada, uma vez que os shoppings populares funcionam todos os dias da semana e o espaço da feira livre funcionará apenas aos sábados.

Segundo Cleps (2003), nem sempre os shoppings populares são espaços construídos visando melhores condições de vida para os trabalhadores informais, mas sim, na maioria das vezes, atende apenas o interesse das classes dominantes, que vêm neste tipo de comércio, a formação de um espaço caótico que foge do contexto institucional, planejado e contido no espaço urbano.

5.2.3. A dinâmica de localização dos comerciantes ambulantes e fixos na área central.

Além desses espaços “mais organizados” e tradicionais têm-se pelas ruas da área central vários comerciantes que ocupam as calçadas, parcelas de praças e canteiros centrais de avenidas (figuras 24 e 25) e aqueles que, com o passar do tempo, tornaram-se fixos, se apossando de parcelas dos espaços públicos citados.



Figura 24 e 25- Ambulantes localizados na área central de Viçosa
Autor: Juliana Lopes Lelis, 2008



Figura 26 e 27 - Comerciantes informais fixos no espaço urbano Viçosense
 Autor: Juliana Lopes Lelis (2008)

Segundo Kitamura, Ribeiro Filho e Miranda (2007) o comércio informal por se tratar de uma atividade econômica característica de rua, a localização do comércio e serviços ambulantes depende exclusivamente do espaço público, como as avenidas e ruas. Assim, diante da variedade de características dos comerciantes ambulantes localizados nas cidades brasileiras. Os autores ainda assinalam que:

Dentre as formas exercidas pelos ambulantes/camelôs, predominam três tipos: 1) ponto móvel (efetivo), com equipamentos (barracas e pequenas bancas) desmontáveis ou veículos automotores; 2) em circulação, com carrinhos de mão, tabuleiros e demais suportes de apoio que sirvam para expor suas mercadorias e 3) ponto fixo, ou seja, barracas não removíveis (KITAMURA, RIBEIRO FILHO E MIRANDA, 2007, P.22).

Os comerciantes informais da cidade de Viçosa com pontos fixos se caracterizam pela venda de produtos do gênero alimentício, como cachorro quente, espetinho, churros, pipoca, dentre outros. Estes se localizam principalmente na Praça Silviano Brandão e na Praça do Rosário.

Dentre os comerciantes informais, cabe destacar os donos das bancas de jornais e revistas (figura 28). Ao todo, somam-se seis barracas na área central da cidade, sendo estas administradas por comerciantes que seguem a tradição de família, ou seja, seus pais ou avós adquiriram a barraca e eles continuaram as atividades. Assim, diferentemente de outros comerciantes fixos, estes não convivem diretamente com a precarização do trabalho.



Figura 28 – Banca de jornal localizada na Praça do Rosário – Viçosa (MG)
Autor: Juliana Lopes Lelis (2008)

Em relação aos ambulantes, estes se caracterizam pela comercialização de gêneros alimentícios e produtos artesanais, localizando-se principalmente nas praças, no calçadão e calçadinho.

Os ambulantes devido a sua flexibilidade de movimentação desenvolvem suas atividades em diferentes locais, havendo aqueles que comercializam seus produtos em festas de cidades próximas, como também há aqueles que são vendedores passageiros pela cidade, onde expõem suas mercadorias em um curto período de tempo.

Segundo a Secretaria Municipal da Fazenda, praticamente toda semana aparece um novo comerciante informal em busca de se ocupar das áreas centrais. Mediante isso, a administração municipal, segundo a secretária municipal da fazenda, está adotando uma postura rigorosa para liberar pontos de trabalho, pois os espaços centrais estão a cada dia mais ocupados, como pode-se observar principalmente na Praça do Rosário e Praça Arthur.



Figura 29 – Ambulantes localizados na Praça Silviano Brandão – Viçosa (MG)

A fiscalização da Prefeitura Municipal de Viçosa procura inibir o crescimento rápido do número de comerciantes e trabalhadores informais na área central, controlando a liberação de alvará para a implantação de novas barracas. Segundo a secretária municipal da fazenda¹² todas as autorizações são feitas por um reduzido período de tempo (30 a 60 dias) e a título precário, de maneira que estes ambulantes sempre renovem esta autorização. Com isso a prefeitura tem a possibilidade de controlar o número de ambulantes na área central. Porém, mesmo com esse controle através do alvará e fiscalização, a maioria dos ambulantes que se encontram na cidade

¹² Dados obtidos em entrevista realizada em de 2007

são clandestinos. E na visão da secretária da casa do empresário¹³, a área que precisa de melhores intervenções pelo poder público, é o calçadão, pois é a área mais buscada pelos ambulantes devido à circulação de pessoas.

Em relação aos outros comerciantes, os com pontos fixos e ambulantes são os que menos possuem articulação política, ou seja, não possuem associação ou movimento similar para lutar pelos seus objetivos. Para Grazia (2007, p.83): “na ausência de lutas coletivas organizadas, de instituições efetivamente representativas dos trabalhadores, prevalecem as políticas ditadas pelos representantes do capital – cada vez mais fortalecidos, senhores quase absolutos dos destinos da humanidade”.

5.3. Mercadorias, fluxos e a relação com os comerciantes formais

Para Carvalho (1989), na medida em que as atividades informais derivam do desemprego em massa, amortecendo as tensões sociais, estas também fazem circular bens produzidos por empresas capitalistas, viabilizando a mais valia, rebaixando os custos de produção da força de trabalho, pois permitem o acesso a alguns bens e serviços mais baratos que são produzidos por empresas capitalistas, e mantém o exército industrial de reserva. Assim, para Melo e Teles (2000) este setor serviria como um amortecedor da economia, e também teria funcionalidade no sistema capitalista, pois diminuiria o custo do trabalho ao produzir e comercializar a menores preços itens da cesta do trabalhador e atenderia a demanda por bens e serviços em setores pouco atraentes, em termos de lucratividade para o capital.

Em Viçosa, os produtos vendidos pelos comerciantes informais são muito diversificados, onde se encontram gêneros alimentícios (hortifrutigranjeiros, lanches, derivados do leite e carnes), artigos para presente (brinquedos, produtos eletrônicos, bijuterias, bolsas e artigos

¹³ dados obtidos em entrevista realizada no ano de 2007

evangélicos), vestuário (roupas e calçados), artesanatos e outros comércios (molduras para espelho, xerox, cabeleireiro, bares, jornais e revistas, e tabuadas).

Os produtos mais vendidos no comércio informal viçosense são os de vestuário, artesanato e hortifrutigranjeiros. Isto pode ser explicado principalmente pela existência de lugares específicos de venda destes produtos, como o shopping chequer, feira de artesanato e feira livre. Porém, estes espaços também comercializam outros tipos de produtos e, ainda, existem alguns pontos que se destacam pela venda variada de mercadoria, não se dedicando a uma mercadoria específica.

Os produtos comercializados são provenientes de diferentes localidades. Os produtos artesanais e hortifrutigranjeiros são, na sua grande maioria, de produção própria, sendo a matéria-prima adquirida na cidade de Viçosa. Porém, há produtos que são adquiridos na Ceasa (Central de Abastecimento de Minas Gerais) na cidade de Belo Horizonte ou provenientes de produtores e artesãos de cidades vizinhas.

Diferentemente dos produtos hortifrutigranjeiros e artesanais, os itens de vestuário e artigos para presente são provenientes de cidades mais distantes, como Juiz de Fora, Petrópolis e São Paulo e, uma pequena parcela, também é originária de cidades do Ceará e do Rio Grande do Sul.

É interessante ressaltar que devido ao sucesso de vendas na feira livre, alguns comerciantes formais da cidade levam no sábado os seus produtos para serem vendidos neste espaço, é o caso de alguns mercados vendedores de hortifrutis na cidade, que no sábado montam uma barraca na feira livre. O mesmo acontece com os produtos de vestuário.

Outro aspecto interessante a ser destacado é que alguns comerciantes, além de venderem em pontos de comércio informal pelas ruas centrais de Viçosa também comercializam as suas mercadorias na feira livre, isso é freqüente entre os comerciantes do Shopping Chequer. Assim,

estes comerciantes participam em duas localidades que desenvolvem a atividade informal, fazendo uma super valorização do comércio informal e uma concentração de pontos comerciais.

Este comércio informal vem crescendo e atendendo a um número maior de consumidores. Segundo os comerciantes informais entrevistados (71,5%) os seus produtos são vendidos para todo tipo de pessoas, não havendo preconceito em relação às mercadorias vendidas. Já 28,5% especificaram o tipo de consumidor, como pessoas de classe baixa, mulheres, homens e evangélicos. Algumas destas respostas se justificam pela venda específica de algumas mercadorias, como lojas de artigos femininos, ou masculinos, ou artigos religiosos.

Corroborando com a afirmação de que as mercadorias vendidas pelos comerciantes informais estão cada vez mais sendo compradas por pessoas de diferentes perfis, Cleps (2003) ressalta:

Ao comercializar produtos mais baratos e localizar-se no “meio do caminho” para a casa, esta atividade acaba sendo uma opção de compras para quem tem um menor poder aquisitivo ou para quem não tem muito tempo para destinar às compras (CLEPS, 2003,p.05).

Segundo os comerciantes do Shopping Chequer e as feiras, os seus produtos são vendidos para todo tipo de pessoa. Entretanto, as mercadorias comercializadas principalmente pelos ambulantes ainda são vistas pela população com discriminação. De acordo com alguns ambulantes, as suas mercadorias são vendidas, em sua maioria, para população de menor poder aquisitivo.

No que se refere à relação comércio formal e informal, a pesquisa mostra que dentre os comerciantes informais entrevistados, 84% consideram que não há conflito com comerciantes formais e 16% que mesmo não havendo reclamações diretas com eles, estes sabem que o comércio informal atrapalha os comerciantes formais, que respeitam a lei. Dos 84% que relataram não ter conflito com o comércio formal, 40% compram produtos destes comerciantes

para revender em suas barracas ou são donos de outros estabelecimentos formais ou, ainda, viajam juntos para comprarem as mercadorias em outras cidades.

Como pode ser observado, algumas mercadorias são adquiridas em estabelecimentos formais, o que mostra a relação entre estes dois tipos distintos de comércio. Segundo Melo e Teles (2000), para a teoria econômica o setor informal existiria até que esta atividade não se tornasse lucrativa e os produtos não fossem comercializados pela economia formal, porém na realidade não é isso que acontece, sendo que as mercadorias dos camelôs são as mesmas de outros comerciantes.

Para Plamplona e Romeiro (2002), a economia informal não é um eufemismo para pobreza. O informal pode ser tanto “espaço de sobrevivência” quanto de “ascensão social”. Ou seja, é a imensa heterogeneidade que marca o informal. Para eles, a economia informal está totalmente relacionada com a economia formal, porém muitas vezes o que se vê são abordagens que tratam os dois sistemas separados. Como relata os autores citados acima, a relação existente entre os dois sistemas se dá numa base social e econômica, ou seja, diretamente relacionados à estrutura da economia.

Já as entrevistas realizadas com os comerciantes formais, demonstraram que as divergências com os informais existem e são mais intensas nos estabelecimentos que comercializam os mesmos produtos, como as lojas de roupas, calçados e eletrônicos. Já os comerciantes que não são ameaçados pela concorrência com os informais, como livrarias, lojas de computadores, farmácias declararam apenas não serem favoráveis à prática da atividade informal, mas acreditam na sua legitimidade como a única forma de sobrevivência de muitos trabalhadores. Outro problema visto pelos comerciantes formais viçosenses é a localização dos informais em frente aos seus estabelecimentos.

Bertolucci (1996), em seu trabalho “Os Camelôs e os Ambulantes: sua atuação na área central e seus impactos sócio-ambientais”, relata que é comum a acusação dos comerciantes formais aos comerciantes informais de concorrência ilegítima pressionando os órgãos públicos à regulamentarem e controlarem o comércio informal.

Para a secretária executiva da Casa do Empresário¹⁴, a concorrência estabelecida entre os dois tipos de comércio é desleal com aqueles que cumprem as leis e, portanto, a prefeitura deveria ser mais rigorosa nas suas ações buscando a diminuição desta atividade.

¹⁴ Entrevista realizada com a secretaria municipal da fazenda Melissa Mafia Maia no ano de 2007

6. O COMÉRCIO INFORMAL: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E AÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

6.1. A Precarização do trabalho no comércio informal de Viçosa (MG)

Decorrentes de problemas estruturais da economia brasileira, os trabalhadores informais são principalmente caracterizados pela relação capital x trabalho que muitas vezes se destaca pela precarização do trabalho. E por isso, como diz Coelho (1992), estes, embora gerem divisas e participem da circulação de mercadorias, não fazem parte das estatísticas oficiais enquanto trabalhadores e não têm direitos, pois não são contribuintes.

Segundo Cacciamali (2000), a intensificação da informalidade é decorrente do processo de globalização, sendo que através desse processo surgiram novas formas de assalariados, como os trabalhadores sem registro e os que trabalham por conta própria. Compreendem atividades que não possuem acordos formais, seguridade social e são flexíveis em relação às horas e funções. Ainda, de acordo com a autora, algumas destas atividades surgem como alternativa para aquisição de um emprego pelos trabalhadores, preenchendo espaços não ocupados por atividades capitalistas, sendo estas caracterizadas pela pequena produtividade e separação entre capital – trabalho, ou seja, realizadas principalmente por pessoas da própria família. Desse modo, Carvalho (1989) coloca que o setor informal é caracterizado pela precarização do trabalho.

O setor informal e essa situação de precarização são, contraditoriamente, criados pelo próprio processo de desenvolvimento capitalista que também é responsável pelo setor formal, sendo o primeiro não marginal ao último, e sim ambos fazem parte da mesma dinâmica da acumulação de capital (CACCIAMALI, 2000). Essa idéia é complementada por Grazia (2007) ao colocar que:

Apesar de constantemente caracterizada como ‘supérflua’, ‘excluída’ ou ‘à margem’ da sociedade, essa enorme massa pauperizada, paradoxalmente nunca esteve tão integrada à estrutura social, econômica e política, contribuindo para a acumulação do capital. (GRAZIA, 2007, p.77)

Na cidade de Viçosa, a precarização do trabalho é notória a partir da análise do comércio informal. Os comerciantes informais, em sua maioria, adquirem uma renda mensal de um salário mínimo (30%) ou menos (25%), com a atividade informal. Já 22% dos entrevistados declararam que possuem renda de dois salários e 16% de três a cinco e apenas uma pequena parcela declarou possuir renda mensal acima de cinco salários (6,5%). Estes dados mostram que mais de 50% recebem uma renda igual ou inferior a um salário mínimo, revelando uma renda baixa, uma vez que essa atividade requer um dispêndio de tempo muito grande e esses trabalhadores estão desprotegidos da legislação trabalhista e previdenciária e, ainda, vários comerciantes possuem outra atividade ou emprego, aumentando sua carga de trabalho diária para obter uma renda maior. Estes dados podem ser melhor observados no gráfico a seguir:

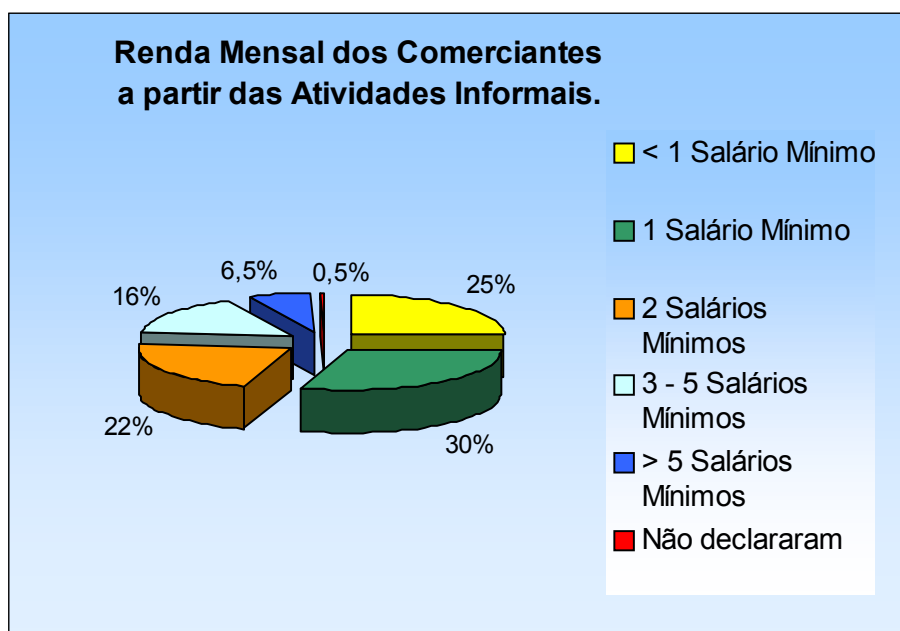


Figura 31-Renda Mensal dos comerciantes a partir das atividades informais – Viçosa (MG)
Fonte: pesquisa 2007. Org. Juliana Lopes Lelis (2008)

Dentre os comerciantes informais entrevistados, 57,5% possuem outro emprego e 42,5% sobrevivem apenas desta atividade, sendo que esta relação é diferente em cada local que desenvolve a atividade informal. No Shopping Chequer, 67% sobrevivem apenas da atividade informal e 33% possuem outras atividades. Já na feira livre, 66,5% dos comerciantes desenvolvem outras atividades, o que se justifica por ser um comércio que se realiza apenas em um dia da semana, e os comerciantes são produtores rurais que vendem os excedentes na feira e, também, comerciantes que durante a semana vendem seus produtos em outros pontos. Esse também é o caso dos comerciantes da feira de artesanato, onde 80% desenvolvem outra atividade durante a semana.

De acordo com Camargo (2006), atualmente cerca de 40% da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira é constituída por autônomos, informais e desempregados que ganham muito menos do que precisam para sobreviver. A autora destaca que essa situação social e econômica não se restringe apenas às grandes cidades, e sim é realidade também nas médias e pequenas cidades que possuem um certo grau de polarização na região onde estão inseridas, como é o caso de Viçosa (MG).

O comércio informal da cidade de Viçosa se destaca pela presença de trabalhadores que entraram na atividade informal por diversos motivos (figura 32), dentre esses destacam-se dois: “a única opção de trabalho” (37%) e “completar a renda” (28%), corroborando com o que Pamplona e Romeiro (2002) relataram em seu trabalho, de que a prioridade do informal é a manutenção da família ou a sobrevivência familiar.

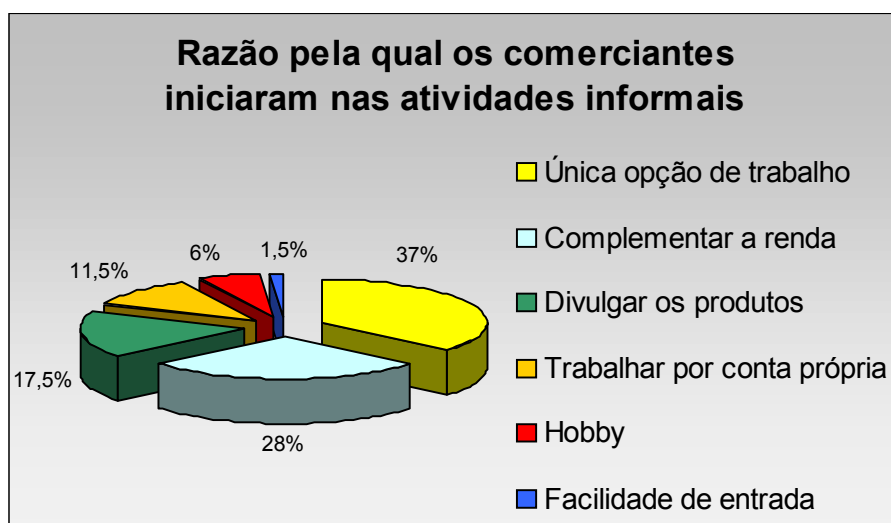


Figura 32 – Motivos que levaram os comerciantes se inserirem nas atividades informais – Viçosa (MG)
 Fonte: pesquisa 2007. Org. Juliana Lopes Lelis (2008)

Santos (2004) enfatiza que em relação ao desemprego, a atividade é considerada como uma “válvula de escape”, uma alternativa para aqueles que não conseguem um posto de trabalho na economia formal. Atualmente, esse setor alimenta uma grande parcela da população, espalhada por todas as cidades do país. Desse modo, constitui-se uma atividade presente não só no mundo capitalista subdesenvolvido, mas também em países desenvolvidos.

Na atividade informal, os comerciantes se submetem a uma intensa jornada de trabalho. Nos comércios informais periódicos em Viçosa (feira livre e artesanato), os comerciantes trabalham de cinco a sete horas no dia de realização desta atividade e nos dias da semana trabalham produzindo produtos para expor e vender no dia da feira ou ainda realizando atividades em outra ocupação. Já no Shopping Chequer, 69,5% trabalham de nove a onze horas diárias e 18% de doze a quatorze horas e apenas 12,5% possui uma jornada de trabalho em até oito horas diárias. Já os ambulantes declararam uma diversidade maior de horários de trabalho, destacando aqueles que trabalham cerca de sete a oito horas diariamente (38%).

Em relação às estruturas dos “estabelecimentos”, essas são precárias, constituídas por barracas pequenas, sendo muitas recobertas por telhas de amianto ou ainda por plásticos. Porém, ao serem indagados sobre a estrutura de trabalho, 55% dos comerciantes consideraram as estruturas dos pontos de venda boas, justificando que estas “foram adquiridas pelo seu esforço e dali retiram o seu sustento”.¹⁵ Já 36% consideraram a estrutura regular devido ao tamanho das barracas, falta de bebedouro e banheiros, além do calor provocado naquelas que são cobertas por telhas. De acordo com Carvalho (1989), a “aceitação” dos trabalhadores informais em relação às estruturas precárias é decorrente desta ser a “única alternativa de subsistência”.

No Shopping Chequer, nota-se que a estrutura das barracas “melhoraram” ao longo dos anos. Segundo o chefe da fiscalização, “esta área já melhorou muito, sendo que antes este era constituído de barracas feitas de lata”.¹⁶ Estes comerciantes reclamam de não possuir autorização para aumentarem a sua estrutura ou melhorá-las. Estas modificações são proibidas pela prefeitura que alega a impossibilidade de construções de estruturas sem ser a título precário, pois o espaço ocupado não permite esta ocupação, já que é para a circulação de pessoas. Além deste impasse, as pessoas que desejam ocupar esta área encontram, também, a barreira do preço para alugar ou comprar estes “estabelecimentos”. Nas figuras a seguir é mostrada a estrutura física das barracas do Shopping Chequer.

¹⁵ Dados obtidos em entrevista realizada em novembro de 2007

¹⁶ Dados obtidos em entrevista realizada em novembro de 2007.



Figura 33 - Estrutura das barracas localizadas no Shopping Chequer –Viçosa (MG)
Autor: Juliana Lopes Lelis. (2008)



Figura 34 – Vista parcial da parte detrás das barracas localizadas no Shopping Chequer

É importante ser ressaltado que no Shopping Chequer há barracas que possuem características similares a estabelecimentos formais, como “Marcos Moda” e “Cândido Modas”. Entretanto, mesmo assim, estas barracas são consideradas informais por ocuparem o espaço público.

Nas feiras, encontram-se barracas de diferentes tamanhos que são adaptadas de acordo com a necessidade de cada comerciante e há aqueles que não possuem condições financeiras para adaptá-las, o que dificulta a exposição dos seus produtos e também a higiene destes. Algumas estruturas de barracas utilizadas na feira podem ser observadas a seguir.



Figura 35 e 36 - Estruturas utilizadas pelos comerciantes da feira livre – Viçosa (MG)
Autor: Juliana Lopes Lelis, 2008.

Dentre os comerciantes informais fixos e ambulantes espalhados pela área central, cabe destacar aqueles que não possuem nenhuma estrutura para expor suas mercadorias ou se abrigar do sol e da chuva, usando apenas caixas para o suporte da mercadoria, conforme mostram as figuras 37 e 38.



Figura 37 e 38- Estruturas precárias para exposição dos produtos (caixas e painéis) – Viçosa (MG)
 Autor: Juliana Lopes Lelis, 2008.

Essas constatações reforçam o enunciado por Cleps (2003):

[...] os equipamentos utilizados no “espaço bolha” tem como principal característica à reversibilidade ou a facilidade de serem transportados. Por esporem suas mercadorias em eventos periódicos e efêmeros, de caráter instantâneo, a formação deste espaço exige que sejam utilizados sistemas montáveis ou auto-transportáveis. Assim, as principais formas de equipamentos encontrados são aqueles que podem ser montados no local, independente do meio de transporte utilizado e aqueles considerados como sendo auto-transportáveis, onde o veículo participa como um elemento que compõem os equipamentos. Estes componentes podem ser industrializados ou confeccionados pelos próprios ambulantes, o que resulta num cenário bastante diversificado e que produz uma peculiar forma de interação de mensagens e códigos (CLEPS, 2003,p.07).

O modo de aquisição dos equipamentos utilizados pelos comerciantes informais, como barracas, tripés, mesas e outros equipamentos para a exposição ou feitiço dos seus produtos foi diferenciado. Para os que possuem outro emprego, utilizaram-se da renda desse para a compra dos equipamentos, já os outros (aposentados e comerciantes que já possuiu outro emprego) relataram que utilizaram os recursos da poupança ou, ainda, o dinheiro do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).

Outra característica do setor informal é a utilização da mão-de-obra familiar, sendo que esta não recebe nenhum tipo de contribuição pelo seu trabalho e sim trabalham para a

sobrevivência da família. Segundo o IBGE (2003), as relações de emprego no setor informal existentes são, sobretudo, fundadas no emprego ocasional, no parentesco, em relações pessoais e não em acordos contratuais que fixem garantias. E, ainda, Barros (1987) descreve que as unidades econômicas básicas da informalidade não é o indivíduo, mas a família.

Na cidade de Viçosa, a pesquisa revelou que 63% dos comerciantes informais possuem funcionários, sendo que 70% destes são familiares, 30% são contratados. Dessa maneira, em Viçosa a mão-de-obra do comércio informal também se caracteriza pela mão-de-obra familiar.

Dos comerciantes informais viçosenses, 30% já trabalharam com carteira assinada e não têm o interesse de voltar a trabalhar de carteira assinada novamente, alegando que ter um negócio próprio é mais vantajoso ou porque já estão aposentados. Todavia, 22% declararam que voltariam a trabalhar de carteira assinada ou teriam um vínculo empregatício, pois com isso teriam mais segurança e vantagens trabalhistas, como a aposentadoria e o FGTS. E 23 % que não tiveram a oportunidade de emprego com carteira assinada, declararam que se tivessem as oportunidades gostariam de ter um emprego estável e seguro com carteira assinada devido à estabilidade que se adquire na aposentadoria. Como retrata Furtado (2004), alguns trabalhadores buscam as atividades informais como única alternativa de emprego e, portanto gostariam de inserirem em atividades que garantam os direitos trabalhistas. Já outros vêm na informalidade uma flexibilidade para o seu trabalho, excluindo o desejo de aquisição de um emprego mais seguro.

Os diferentes modos de enfrentar estas necessidades que são encontrados no Brasil são freqüentemente rotulados de problemas urbanos, como o problema das favelas, o problema do setor informal, etc. Para Oliven (1983):

[...] na realidade são “soluções” encontradas, ainda que precárias, às situações e problemas com as quais as classes baixas urbanas se deparam. Embora estas

soluções muitas vezes pareçam estar discrepando de modos racionais de resolver problemas, em realidade elas são parte integrante da lógica do sistema econômico e social (OLIVEN, 1983,p.110).

Nesse sentido, Grazia (2007) destaca que a ilegalidade é uma consequência e não uma causa da economia informal. As unidades informais não são necessariamente criadas para não pagarem impostos ou não recolher a contribuição previdenciária. Elas são unidades que podem ter realmente dificuldades para cumprir as normas, já que a sua renda não seria suficiente para isso sem ameaçar sua própria sobrevivência. Enfim, como aborda Santos (2004), o setor informal é um elemento fundamental da vida urbana, uma vez que desempenha importante papel para a população que apenas é capaz de consumir e desenvolver atividades no circuito inferior da economia.

6.2. O Olhar dos Comerciantes Informais: as vantagens e desvantagens do comércio informal viçosense

Cacciamali (2000) enfatiza que os trabalhadores informais, na maioria das vezes, não são ouvidos pelo poder público, sendo estes apenas criticados pela ocupação de espaços indevidos que atrapalham a circulação de pessoas. Segundo a autora, é de fundamental importância ouvir e compreender o que dizem essa parte “excluída” da sociedade.

Oliven (1984) enfatiza que o setor informal tem todas as conhecidas desvantagens de variação de rendimentos, devido à falta de trabalho regular, ausência de qualquer cobertura por parte da assistência social, falta de amparo legal ou regulamentação do trabalho, etc. Entretanto, por outro lado possui suas vantagens, como não exigir credenciais oficiais de educação, ter horas de trabalho flexíveis, permitir o trabalho por conta própria e liberdade de trabalho, servir a pessoas que, às vezes, teriam dificuldades de obter empregos no mercado formal (mulheres,

crianças, velhos, deficientes físicos e outros), além de permitir vários empregos simultaneamente.

Diante disso, os comerciantes informais da cidade de Viçosa entrevistados, destacaram as desvantagens e vantagens que encontram ao desenvolverem atividades no setor informal. Para eles as vantagens da informalidade se resumem em: administrar o próprio negócio e conseqüentemente a autonomia e flexibilidade, complementar a renda familiar, manter a sobrevivência da família, e ainda, para alguns a possibilidade de desenvolver a atividade por *hobby* e assim poder divulgar os seus produtos. Neste último caso, se destacam os produtores rurais e artesãos que encontram na atividade informal uma maneira de vender e divulgar os produtos desenvolvendo uma atividade que gostam.

Em relação aos problemas enfrentados, destacaram: a estrutura dos “comércios” (falta de segurança e higiene em relação aos produtos), ausência de poder público, que muitas vezes apenas cobra taxas e não realiza nenhum tipo de ajuda. E ainda, outro problema lembrado foi a discriminação que algumas pessoas sofrem pelos produtos comercializados, que segundo os comerciantes são em sua maioria adquiridos no mesmo local que os estabelecimentos formais (figura 39).

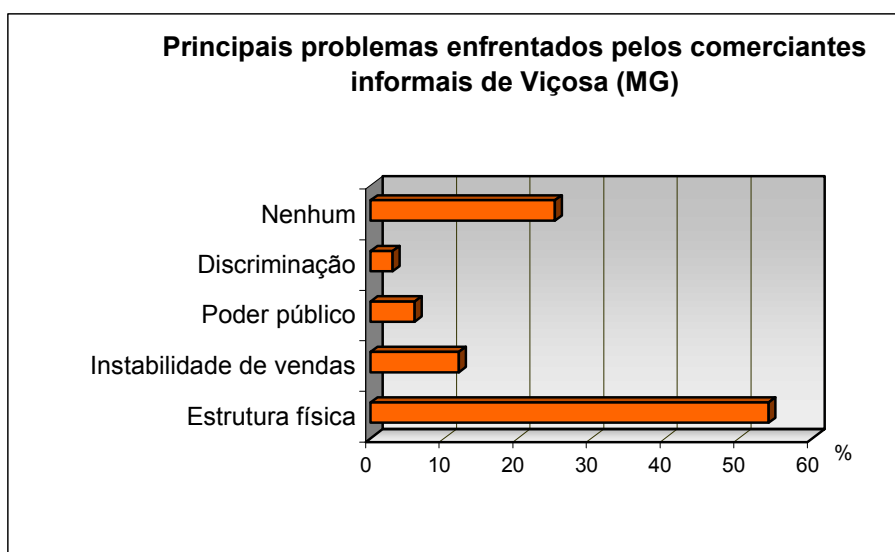


Figura 39- Principais problemas enfrentados pelos comerciantes informais de Viçosa (MG)
Fonte dos dados: Pesquisa 2007. Org. Juliana L. Lelis, Eduardo H. M de Moraes, 2007

Para os comerciantes, a situação melhoraria a partir do momento que as estruturas das barracas fossem modificadas, ou seja, fosse possível a construção de banheiros e bebedouros tanto no interior de alguns estabelecimentos como banheiros e bebedouros coletivos, além de existir um cômodo que os feirantes pudessem colocar suas barracas e ainda aumentar os seus tamanhos e padronizá-las. E ainda, principalmente pelos ambulantes seria necessário que a prefeitura municipal fornecesse mais apoio e desenvolvesse políticas que favorecessem o desenvolvimento desta atividade na cidade.

6.3. A postura do Poder Público frente ao comércio informal viçosense

Theodoro (2000) destaca que as ações governamentais que direta ou indiretamente interferem e modificam o setor informal são amplas e heterogêneas. Segundo ele, de um lado têm-se macropolíticas como um conjunto de políticas de estabilização econômica, de desvalorização cambial ou de manutenção de altas taxas de juros, que podem ter grande impacto sobre o mercado de trabalho e mais particularmente sobre o informal. Já do outro lado, existe um

outro tipo de ação governamental direcionada ao informal, que é a ação repressiva, sobretudo, colocada pelas administrações locais que visam diminuir a concentração do comércio informal, principalmente os ambulantes.

Na cidade de Viçosa a situação não é diferente. Segundo a secretária, o poder municipal tem o conhecimento da situação de clandestinos que se apropriam do espaço público, entretanto as ações dos órgãos de gestão municipal buscam o equilíbrio entre os envolvidos (comerciantes informais, formais e população). Assim, normalmente os ambulantes permanecem nos locais até reclamarem da sua ocupação, sendo que estes não podem se “fixar” nas portas dos estabelecimentos formais.

Esta postura do poder municipal pode ser considerada como uma forma de apoio do Estado ao comércio informal, que segundo Carvalho (1989) ocorre na maioria das cidades brasileiras, sendo essa relativa, pois ora reprime, ora legitima a sua realização. Nas palavras da secretária municipal da fazenda “não podemos tomar uma decisão simplista de diminuí-los, sem antes oferecer-lhes uma outra oportunidade de trabalho, ou seja, outro local para se instalarem, já que todos são pais de família e precisam de empregos”¹⁷.

Por outro lado, os comerciantes formais não estão satisfeitos com a postura da prefeitura, pois, segundo eles, os informais estão possuindo os “mesmos” direitos sem estarem legalizados. De acordo com a secretária executiva da Casa do Empresário¹⁸, a informalidade em Viçosa é um dos principais problemas enfrentados pela cidade. Por isso, a prefeitura deveria destinar um espaço físico com uma boa estrutura (barracas fixas, banheiros, bebedouros e outros) para a sua

¹⁷ Informações obtidas em entrevista em novembro de 2007.

¹⁸ A Casa do Empresário é um órgão que representa sete entidades de classe (Associação Comercial de Viçosa - ACV, Agência de Desenvolvimento de Viçosa - ADEVI, o Banco do Povo, o Arranjo Produtivo Local da Tecnologia da Informação – APL TI, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Viçosa – CDL, o Ponto de Atendimento SEBRAE e a Associação de Produtores de Cafés Especiais das Serras de Minas) e que busca promover a organização do comércio da cidade de Viçosa (MG).

localização. O lugar proposto pelos dirigentes da Casa do Empresário é a linha férrea que passa no centro da cidade e que não tem uso definido. No entanto, esta área não pertence ao município e sim à Rede Ferroviária, que embora esteja desativada é de propriedade da companhia e não pode ser utilizada sem o consentimento da empresa.

A prefeitura, sobre esse assunto, alegou que o espaço não é de sua posse e também não há verbas para este investimento. O governo municipal já elaborou várias alternativas, no entanto a que mais agradou os comerciantes informais foi a de transferir todos para o local em que se encontra a rodoviária da cidade. Esta área além de já possuir a estrutura “montada”, está localizada no centro. No entanto, para que a proposta de transferência seja viável, antes deveria ser construída uma nova rodoviária, fato que possui impedimentos legais e políticos.

A pesquisa mostrou que a administração municipal apóia de alguma maneira os comerciantes informais, quer seja permitindo legalmente sua atuação ou fazendo “vistas grossas” às atividades informais, e ainda dando apoio logístico, reservando locais específicos para espaços, como a feira livre e de artesanato. E, mais recentemente, como foi dito, construindo um novo espaço para a feira livre de Viçosa. É importante ressaltar que esse apoio é realizado em função da aceitação e legitimação social dessa atividade e dos espaços destinados a elas, bem como devido à pressão social que o desemprego estrutural e conjuntural provoca na sociedade.

Porém, ao serem indagados na entrevista sobre algum tipo de auxílio que a prefeitura fornece, 71.5% disseram que não recebem apoio municipal, e sim o contrário, somente cobranças. Mas tiveram aqueles (28,5%) que relataram a ajuda através da liberação dos pontos, construção de um padrão para fornecimento de energia para a feira livre e a isenção dos produtores rurais e artesãos do pagamento da taxa de ocupação de vias públicas.

Os comerciantes informais apesar de não concordarem com algumas atitudes da administração municipal, não se articulam para reivindicar e lutar por melhores condições de

trabalho, acredita-se que isso se deva as associações incipientes e desarticuladas. A associação mais articulada é a ADAPAC que funciona há quinze anos e possui um número maior de comerciantes sócios. Já os feirantes da Santa Rita possuem uma associação (Associação da Feira Livre de Viçosa e região), criada apenas há dois anos, com o objetivo de buscar melhorias frente ao poder municipal e órgãos públicos para todos os associados e, segundo o seu presidente, impedir que os feirantes sejam prejudicados com a transferência da localização da feira. Ainda, segundo o presidente, ela possui poucos associados, sobretudo depois que se confirmou a transferência da feira para o novo espaço. Já no Shopping Chequer, segundo alguns de seus comerciantes, já existiram iniciativas para uma organização, porém há uma divergência entre as idéias e ideais dos comerciantes deste local e, portanto estes não conseguem se articular.

Como diz Barros (1987), entre as próprias unidades informais observam-se colisões. Como exemplo tem-se o confronto entre as barracas que possuem melhor aparência do que outras ou disputas entre unidades que vendem o mesmo produto. Assim, esta divergência dificulta qualquer ação coletiva que busque melhorias para estas determinadas áreas.

Dessa maneira, devido à influência exercida pelo comércio informal no espaço da cidade e devido aos problemas originados por ela e enfrentados pelos seus agentes, é urgente que o poder público promova políticas públicas que atenda esta parte da população, dando-lhes melhores condições de trabalho e facilitando a sua inserção na economia formal e reduzindo os conflitos com a população local.

Segundo Cacciamali (2000), a expansão do setor informal não constitui uma solução para a escassez de empregos. Uma expansão do capitalismo com qualidade requer a presença do poder público desempenhando pelo menos dois papéis: 1) a prática de políticas econômicas que conduzam ao crescimento econômico; e 2) regulador dos mercados e outras funções sociais, com

os objetivos de impor padrões que impeçam a espoliação dos bens comuns e privados e a promoção da distribuição da riqueza e da renda.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração desse estudo, verificou-se que as atividades informais e, em especial, o comércio informal são fundamentais para a compreensão da dinâmica socioespacial das cidades, uma vez que permite o entendimento das relações socioeconômicas e espaciais a partir de uma outra visão, a visão daqueles que não são considerados nos dados oficiais da economia. Para tanto, é importante considerar que os estudos sobre a economia informal ainda são restritos no meio acadêmico, sendo esses voltados, na maioria das vezes, para o entendimento das suas características e na discussão a respeito do seu conceito.

Durante a elaboração do trabalho verificou-se que há diversas interpretações do conceito de setor/economia informal, uma vez que se diferenciam em relação ao aspecto considerado, como organização do trabalho, cumprimento das leis e estrutura de trabalho. As variadas interpretações são decorrentes da complexidade de atividades que a informalidade abarca, desde profissionais autônomos, pequenas indústrias, atividades do setor de serviço até a atividade comercial.

Assim, diante do aumento da informalidade no Brasil verifica-se que a economia informal vista por muitos autores, como presente apenas nas grandes metrópoles nacionais, encontra-se, atualmente, inserida também na dinâmica socioeconômica das pequenas e médias cidades, como é o caso da cidade de Viçosa (MG).

Diante disso, pode-se notar que a presença do comércio informal na área central de Viçosa influencia diretamente na organização dos espaços públicos como também na dinâmica social, pois ao todo são 270 comerciantes, trabalhando com pontos fixos e móveis. Os pontos de comércio informal se concentram, principalmente, nas principais ruas da cidade acompanhando as áreas de maior circulação de pessoas, como as praças, o “calçadinho”, o “calçadão” e a área próxima à rodoviária.

O perfil dos comerciantes informais pesquisados é muito diversificado, caracterizado pela presença masculina, sendo importante destacar o aumento de mulheres no desenvolvimento das atividades informais. Muitos desses trabalhadores estão na atividade há mais 10 anos e alguns há mais de 30 anos, demonstrando assim, a consolidação deste comércio e sua influência direta na organização do espaço de Viçosa.

Como são atividades já consolidadas, mesmo que de forma precária, no espaço urbano, a cidade se adaptou a este comércio, principalmente com a criação de locais próprios à realização desta atividade. Juntamente com estes espaços uma nova dinâmica surgiu na vida da população de Viçosa e região, pois são ambientes de compra, venda, diversão e encontros. Entretanto, é também a partir dessa nova configuração que alguns conflitos surgiram, principalmente relacionados aos comerciantes formais, que se sentem prejudicados com a concorrência dos produtos, que são vendidos a preços mais baixos.

Diante desse fato, o poder público, através de suas ações busca amenizar esta situação que contém interesses divergentes. No entanto, cada classe, seja comerciante informal ou formal, busca os seus interesses, ficando difícil a realização de acordos, sendo a ação da prefeitura resumida à mediação desses conflitos. Essa atividade na cidade de Viçosa é sem dúvida, a, é a única alternativa de emprego para muitas pessoas. Assim, o poder público municipal fica num dilema entre reprimir e legalizar ou apoiar para evitar o “caos” econômico e social.

Neste contexto, os comerciantes informais em busca da sua sobrevivência, se submetem a péssimas condições de trabalho (altas jornadas de trabalho em ambiente com estrutura precária, ausência dos direitos trabalhistas e baixos salários).

O aumento desta atividade em Viçosa se justifica pelo fato da cidade não possuir muita oferta de trabalho, e pelo crescimento rápido, em função, sobretudo da expansão da Universidade Federal de Viçosa. Segundo Pereira (2005), a UFV contribuiu para modificar a dinâmica

socioespacial do município, sendo os setores de prestação de serviços e comércio que mais sofreram transformações, porém esses não são capazes de criar postos de emprego na quantidade necessária, provocando o inchaço do setor informal.

Dessa maneira, devido à influência exercida pelo comércio informal no espaço da cidade e devido aos problemas originados por ela e enfrentados pelos seus agentes, é urgente que o poder público promova políticas públicas que atendam a esta parte da população, dando-lhes melhores condições de trabalho e facilitando a sua inserção na economia formal e reduzindo os conflitos com a população local.

Por fim, esperamos que este trabalho possa contribuir com ações efetivas para amenizar os conflitos e melhorar a vida e as condições de trabalho dos comerciantes informais, bem como, com melhoria das condições de fluxo no espaço da cidade. E, sobretudo, edificar um conhecimento sistemático sobre o comércio informal e o espaço urbano de Viçosa. Além de contribuir de uma maneira geral na consolidação de estudos que considerem a importância das atividades informais na organização e dinâmica do espaço urbano.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE VIÇOSA. **Perfil Empresarial de Viçosa (MG)**. Viçosa: CENSUS, 2004. 81p.

BARROS, Nilson C. de. **O Pequeno Comércio no Interior do Nordeste do Brasil: estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba**. 1987. 115f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

BERTOLUCCI, Fábio L.. Os Camelôs e os Ambulantes: sua atuação na área central e seus impactos sócio-ambiental. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v,3, n. 16, p.179 - 185, jan/dez. 1996.

CACCIAMALI, Maria C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.14, p.157-174, jun. 2000. Disponível em : [http:// www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br). Acesso em: 15 jul.2007.

CAMARGO, Fernanda S. de. **Análise Estrutural do Emprego Formal e Informal na Economia Brasileira**. 2006. 94f. Tese (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em: 09 jul. 2007.

CARLOS, Ana F. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992. 98p.

CARVALHO, Maria C. L. de. O setor informal, o Estado e os movimentos sociais. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 124, p.22-41, nov/dez. 1989.

CAVALCANTI, Clóvis; DUARTE, Renato. **A Procura de Espaço na Economia Urbana: o setor informal de Fortaleza**. Recife: SUDENE/FUNDAJ, 1980. 175p.

CLEPS, Geisa D.G. O Comércio e a cidade: novas territorialidades urbanas. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 16, nº 30, p. 117 – 132, jun. 2004.

CLEPS, Geisa D. G. O comércio informal e a cidade. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 2, 2003, Uberlândia. **Anais do Simpósio Regional de Geografia**. Uberlândia, 2003. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br>>. Acesso em: 21 jan. 2006.

COELHO, Tânia. Economia informal: Crescem os pequenos. **Caderno do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, n.151, p.26-30, jun. 1992.

COELHO, Tito O.; MAIA, Eduardo S. O Comércio Varejista Periódico no Espaço Urbano Contemporâneo: Um Estudo Na Feira Hippie De Goiânia. **Boletim de Geografia**, Goiânia, n.17, p.5-30, jul/dez. 1997.

FINLEY, Moses I. **Economia e sociedade na Grécia antiga**. Trad. M. Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 338p.

FLORENZANO, Maria B.B. **O mundo antigo: economia e sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1987, 104p.

VENDEDORES ambulantes tomam Conta da Cidade. **Folha da Mata**, Viçosa, 11 fev. 2004. nº 1974, p.3.

FREITAS, Gustavo C.; OLIVEIRA, Adriel R. Dinâmica imobiliária e efeitos setoriais: uma análise do mercado de trabalho da construção civil no município de Viçosa – Mg. 2003. In: SEMINÁRIO DE ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E TRABALHO, 2003, 2, Ouro Preto. **Anais do Seminário de Organização, Gestão e Território**. Ouro Preto, 2003. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/OGT/ogt0503.htm>. Acesso em: 02 nov. 2008.

FUNARI, Pedro P. **Grécia e Roma**. Vida pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia. Amor e sexualidade. São Paulo: Contexto, 2002.

FURTADO, Adolfo C. A. R. Economia Informal. **Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados**. 2004. Disponível em <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/709014.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2008.

GALEAZZI, Irene. M.S. et al. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v.3, 2003. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 06 set. 2008.

GONÇALVES, Marcelino A. Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho. **Revista eletrônica Pegada**, Presidente Prudente, v. 2, n. 1, out, 2001. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/pegadaframe.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

GRAZIA, Giuseppina R. de. De trabalhador a pedinte. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v.10, n.1, p.75-85, jun. 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a09.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

GUIMARÃES, José R. S. JANNUZZI, Paulo de Martino. Idh, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. 2005. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Salvador, v.7, n.12, p.69-76, 2005. Disponível em: <http://www.anipes.org.br/cursos/pdf/fontes_indicadores/ind_idh_pot_limites.pdf>. Acesso em: 22 out. 2008.

HUBERMAN, Léo. **História da riqueza do homem**. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em : 13 ago. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Economia Informal Urbana**. Brasília, DF: IBGE, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/default.shtm>>. Acesso em : 05 ago. 2007.

KITAMURA, Camila K.; RIBEIRO FILHO, Vitor; MIRANDA, Mariana. O Comércio e Serviços Ambulantes: Uma Discussão. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 23, p. 20-26, out. 2007. Disponível em: < <http://www.caminhosde Geografia.ig.ufu.br/sitemap.php>>. Acesso em: 31 mar. 2008.

KLECHEN, Cleiton et al. F. Empreendedorismo por Necessidade e a Economia Informal: a realidade do shopping popular Tupinambás em Belo Horizonte. **Revista Multiface**, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.23 – 31, jul – dez. 2007.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Maria de A.. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 175-213.

MELLO, Fernando. A. O. **Análise do processo de formação da paisagem urbana no município de Viçosa-MG**. 2000. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), 2000.

MELO, Hildete P.; TELES, Jorge Luiz. Serviços de Informalidade: o comercio ambulante no Rio de Janeiro. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 773, 2000.

MENDES, Istéffany. F. **Efeitos Socioespaciais da Agroindústria PIF PAF Alimentos no município de Viçosa (MG):** fixos, fluxos e trabalho. 2007. 119f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Curso de Geografia, CCH-UFV. Viçosa (MG), 2007. Disponível em: <<http://www.geo.ufv.br/docs/monografias/intesffany.pdf>>. Acesso em: 28 mar.2008.

MENDONÇA, Patrícia R.*et al.* O uso de sistema de informação geográfica na espacialização do comércio informal em Viçosa (MG) e análise do setor informal no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFOP, XVI., 2008, Ouro Preto. **Anais do XVI seminário de iniciação científica da UFOP**, Ouro Preto: UFOP, 2008.

MISSIO, Fabrício J.; VIEIRA, Rosele M.; IAHN, Jaicy F. Reestruturação Produtiva, Plano Real e Mercado de Trabalho: algumas considerações sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA,3., 2006, Porto Alegre . **Anais do Terceiro Encontro de Economia Gaúcha**, Porto Alegre. Disponível em: < <http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m19t02.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2008.

MONTEIRO, Hamilton M. **O Feudalismo: economia e sociedade**. São Paulo: Ática, 1995. 93p.

MONTESSORO, Cláudia C. Lopes. **Comércio Informal. Centralidade Urbana e os novos espaços de consumo na área central de Anápolis – GO**. 2005. 94f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, São Paulo. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em: 09 jul. 2007.

NAVARRO, Vera L.; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, Ribeirão Preto, v.19, n.2., p.14-20, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01027182>. Acesso em: 05 abr. 2008.

OLIVEN, Ruben G. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

OLIVEIRA, Elias M.; BORGES, Ronan E. **Dinâmica socioespacial nos distritos industriais da Zona da Mata mineira**. 2006. 43f. Relatório Final de Pesquisa (PIBIC-CNPq-UFV), Viçosa (MG), 2006. (Digitado)

OLIVEIRA, Evonir P. de. **Cadernos de informações socioeconômicas do município do município de Viçosa -2005**. v.1.n.1, Viçosa: Editora UFV, 2005.

MENICUCCI, Felipe. Nova Localização da Feira Livre da Santa Rita: quais as vantagens e desvantagens para a população e para os feirantes?. **O Regional**. Viçosa, 13 nov., 2007. nº14, p.6.

PAMPLONA, João B.; ROMEIRO, Maria do C. Desvendando o Setor Informal: Relatos de uma Experiência Brasileira. 2003. **Revista Eletrônica da Associação Brasileira de Estudo do Trabalho**, São Paulo, v, 2, n, 1 p, 01- 23, mar. 2002. Disponível em: < [http:// www.revista.abet-trabalho.org.br/viewwarticle.php](http://www.revista.abet-trabalho.org.br/viewwarticle.php)>. Acesso em: 19 jul. 2007.

PANIAGO, Maria. C. T. **Mudanças socioculturais, evolução histórica e tendências na comunidade de Viçosa - MG**. Viçosa: Imprensa Universitária, UFV, 1990. 407p.

PEREIRA, Mirlei F. V. Contradições de uma “Cidade Científica”. Processo de Urbanização e Especialização Territorial em Viçosa (MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.16, p.197-206, out. 2005. Disponível em: < [http:// www.ig.ufu.br/revista/](http://www.ig.ufu.br/revista/)>. Acesso em : 06 ago. 2007.

PINTAUDI, Silvana M. As cidades e as forma de comércio. In: CARLOS, Ana Fani A. (org). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p.143-161.

VIÇOSA (MG). PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA. **Viçosa em números**. Disponível em: < <http://www.vicosa.mg.gov.br/conteudo/vicosaemnumeros.htm>>. Acesso em : 23 ago. 2008.

RAMOS, Lauro. **A Informalidade das relações de Trabalho: 1991 – 2001**. Econômica, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.89-112, jun. : IPEA, nov. 2004. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/A_informalidade_das_relacoes_de_trabalho.PDF>. Acesso em: 23 ago. 2008.

RIBEIRO FILHO, Geraldo B. **A formação do Espaço Construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa-MG**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, Milton. **A economia espacial: críticas e alternativas**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 204p.

SANTOS, Milton. O circuito inferior. In: _____. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p.197-261.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo** – globalização e meio técnico científico informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308p.

SILVA, Carlos H. C. S. **O tempo e o espaço do comércio 24 horas na metrópole paulista**. 2003. 230f. Dissertação (Mestrado em geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP). 2003. Disponível em: <http://unesp.br/cgb/int_conteudo_imgcentro.php?conteudo=562> . Acesso em 22 set.2008.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

THEODORO, Mário. **As bases da Política de apoio ao Setor Informal no Brasil**, Brasília: IPEA, set.2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_762.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2007

THOMAZ JÚNIOR, A. Geografia do Mundo do Trabalho na virada do século XXI. **Revista eletrônica pegada**, v.4, n.2, nov. 2003. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/pegadaframe.htm>>. Acesso em: 15 set. 2008.

VARGAS, Heliana.C. **Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001. 335p.

9. ANEXO - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1- Sexo: ()F ()M
2- Local de nascimento?
3- Tempo de moradia em Viçosa?
4- Qual o município o Sr (a) morou antes de vir para Viçosa?
5- Escolaridade:
6- Idade:
7- Atividade desenvolvida: 7.1-O que o Sr (a) vende? 7.2 - Localização do ponto de trabalho? 7.3 - Quanto tempo trabalha neste ponto? 7.4 - Porque o Sr (a) escolheu esta localização? 7.5 -De onde vem a matéria-prima usada ou produto vendido?
8 - Quantas horas o Sr (a) trabalha por dia? Quantos dias por semana?
9- Qual a renda mensal que o Sr (a) retira desta atividade: () < que um salário mínimo nacional (SMN) () 1 SMN () 2 SMN () 3 - 5 SMN () > de 5 SMN A família tem outra renda?
10 - Você tem alguém que lhe ajuda na atividade? ()Sim ()Não Quantas? _____
10.1- Faz parte da sua família? () Sim () Não
11- Que tipo de pessoas compram os seus produtos? (jovens, idosos, homens, mulheres, ricos, pobres).
12- Por que o Sr (a) começou a trabalhar nessa atividade?
13- Quais os equipamentos que o Sr. (a) utiliza para desenvolver essa atividade? Como os adquiriu? (fez empréstimos, vendeu bens, usou o FGTS, etc)?
14 -Como você considera a estrutura do seu local de trabalho? ()Excelente () Boa () Regular () Precária () Porque?
15- O Sr(a) já trabalhou com carteira assinada? Voltaria a trabalhar de carteira assinada? Porque?
16- Quais os principais problemas o Sr.(a) enfrenta nesta atividade?
17- Quais as vantagens de trabalhar nessa atividade?
18-A Prefeitura fornece algum tipo de auxílio? 18.1- Caso a Prefeitura doasse um espaço melhor estruturado para desenvolver suas atividades. Vocês mudariam para este local? () Sim () Não
19- O Sr. (a) têm alguma proposta para melhorar essa situação?
20- Existe conflito ou a relação com o comércio formal (lojas com ponto fixo)